

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**FERNANDA MOLINA PORTELLA**

**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM  
ANÁLISE SUAS PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES**

**SÃO BORJA  
2017**

**FERNANDA MOLINA PORTELLA**

**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM  
ANÁLISE SUAS PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço  
Social da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Serviço Social,

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaina  
Raqueli Pedersen

**São Borja  
2017**

FERNANDA MOLINA PORTELLA

**ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: EM ANÁLISE SUAS  
PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço  
Social da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Bacharel em  
Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06, de julho de  
2017.

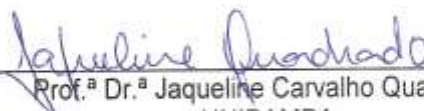
Banca examinadora:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaina Raqueli Pedersen  
Orientador  
UNIPAMPA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisângela Maia Pessoa  
UNIPAMPA



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Carvalho Quadrado  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a meu esposo  
Alex, minha mãe Margaret e  
minha vó Neldi, fonte de força e  
amor inesgotáveis.

## AGRADECIMENTO

Nesse momento tão importante para o processo de formação acadêmica que é a conclusão de mais uma etapa no processo de aprendizagem, gostaria de tecer alguns agradecimentos para algumas pessoas que fizeram parte dessa caminhada. Em primeiro lugar meus agradecimentos vão para Deus, minha força maior, meu escudo. No Senhor depositei minhas angustias e minhas fraquezas, e foi da fé que tenho em Ti que retirei forças para seguir em frente nessa caminhada.

Gostaria de agradecer também a minha família, em especial ao meu esposo Alex, minha mãe Margaret e minha vó Neldi, pessoas que estiveram sempre ao meu lado, cada uma de uma forma e com uma intensidade, mas sempre comigo. Saibam que eu os amo muito e se a caminhada foi difícil, cada palavra ou carinho recebido serviu para repor minhas forças e não me deixar fraquejar. Acreditem, se segui em frente foi por vocês.

Aos colegas que dividiram esses quatro anos comigo agradeço também, mas em especial aos que se tornaram amigos e que levarei para a vida. Pessoas especiais que muito além de dividirmos trabalho, dividimos sorrisos, frustrações e um leque de emoções que se vive quando se faz uma graduação. Aline, Juliana, Andresa, Annie, Elisabete, Janaina, Cátia, Rodrigo, Adeline, Esther e Séfora vocês foram e sempre serão muito especiais para mim.

Não poderia deixar de agradecer aos professores por partilharem seu conhecimento, em especial a professora e minha supervisora de estágio Monique Soares Vieira que muitas vezes foi flexível e compreendeu minhas limitações, também a professora e minha orientadora de TCC Jaina Raqueli Pedersen que sempre esteve ao meu lado e me possibilitou momentos de aprendizagem e troca, admiro muito ambas e as lembrarei sempre com muito carinho.

E por último gostaria de dizer que tudo que aprendi nesses quatro anos no curso de Serviço Social, me tornou uma pessoa melhor. Melhor por aprender a respeitar o outro, e entender a lógica social na qual estamos inseridos, fazendo com que eu admirasse e compreendesse a necessidade dessa profissão. Saio da graduação com sede de colocar em prática os ensinamentos colhidos e cada vez mais aprender em matéria de Serviço Social. É um ciclo que se finda, mas um novo que se abre.

## RESUMO

O presente trabalho aqui exposto, possui como tema de estudo a violência sexual de crianças e adolescentes, e tendo em vista a amplitude de seu tema delimita-se como o abuso sexual de crianças e adolescentes. Seu objetivo principal consiste na identificação das características do abuso sexual de crianças e adolescentes apresentadas pelo Serviço Social no âmbito das produções científicas, a fim de qualificar o entendimento a cerca desta problemática. Quanto aos objetivos específicos visam analisar como as produções científicas do Serviço Social fundamentam a análise do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto forma de violência; Verificar como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a Questão Social nas suas mais variadas expressões e identificar como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a violência de gênero. O estudo buscou resposta para o seguinte problema: como as produções científicas no âmbito do Serviço Social caracterizam o abuso sexual de crianças e adolescentes, considerando o período de 2005 a 2015?. Desta forma, a pesquisa foi do tipo qualitativa com base no método dialético-crítico. No que tange as técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, desenvolvida em 05 (cinco) revistas do Serviço Social, a saber: Textos e Contextos; Katálysis; Serviço Social em Revista; Serviço Social e Sociedade e Temporális. Para o levantamento de dados utilizou-se de um roteiro norteador. O trabalho está estruturado em 04 (quatro) capítulos, os quais abordam as principais categorias teóricas do estudo: violência; violência sexual; abuso sexual; desigualdade social; Questão Social e gênero. O quarto capítulo apresenta o caminho metodológico e por fim os resultados da pesquisa. Portanto, considerando os objetivos propostos, foi possível identificar que o abuso sexual fundamenta-se enquanto uma forma de violência com diferentes tipologias, pois ocorre tanto no ambiente intrafamiliar, quanto no extrafamiliar, com maior dificuldade de resolução no ambiente interno da família. Outra característica da ocorrência do abuso sexual é que na grande maioria dos casos o agressor é homem. Também foi possível identificar que o abuso sexual de crianças e adolescentes é uma expressão da Questão Social, embora nem todos os artigos evidenciem tal discussão, até mesmo pelo fato de nem todos pertencerem a área de

Serviço Social. Ressalta-se também que embora nem todos os artigos evidenciem a discussão da desigualdade de gênero, conclui-se que esta apresenta-se enquanto uma característica do abuso sexual tendo sua ocorrência em maior escala contra crianças e adolescentes mulheres. A partir de tais reflexões conclui-se que há a necessidade da discussão do abuso sexual de crianças e adolescentes em diferentes áreas do conhecimento, e não só discussão, mas também ação. É a partir do enfrentamento de tal problemática que será possível criar iniciativas que fomentem a emancipação dos sujeitos envolvidos nesse processo. O abuso sexual de crianças e adolescentes é um assunto de segurança e saúde pública, e precisa ser tratado como tal. Portanto, a criação de políticas públicas e o investimento na qualificação dos profissionais que intervêm nessa demanda seria de fundamental importância para qualificar os processos de enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Abuso sexual. Crianças e adolescentes. Gênero. Questão Social.

## **ABSTRACT**

The present study presents the sexual violence of children and adolescents as a topic of study, and in view of the scope of its theme, it is defined as the sexual abuse of children and adolescents. Its main objective is to identify the characteristics of sexual abuse of children and adolescents presented by Social Work in the field of scientific production, in order to qualify the understanding about this problem. The specific objectives aim to analyze how the scientific production of Social Service bases the analysis of sexual abuse of children and adolescents as a form of violence; To verify how the scientific production of Social Service articulates the debate on the sexual abuse of children and their relationship with the Social Question in its most varied expressions and to identify how the scientific productions of Social Service articulate the debate on the sexual abuse of children and Adolescents and their relationship with gender violence. The study sought to answer the following problem: how scientific productions within the scope of Social Service characterize the sexual abuse of children and adolescents, considering the period from 2005 to 2015 ?. In this way, the research was of the qualitative type based on the dialectical-critical method. As far as data collection techniques and instruments are concerned, a bibliographical research was carried out in 05 (five) Social Service journals, namely: Texts and Contexts; Katálysis; Social Service in Journal; Social Service and Society and Temporalis. For data collection, a guiding script was used. The work is structured in 04 (four) chapters, which address the main theoretical categories of the study: violence; Sexual violence; sexual abuse; social inequality; Social issue and gender. The fourth chapter presents the methodological path and finally the results of the research. Therefore, considering the proposed objectives, it was possible to identify that sexual abuse is based as a form of violence with different typologies, as it occurs both in the intrafamily and extrafamilial environments, with greater difficulty in solving the family's internal environment. Another characteristic of the occurrence of sexual abuse is that in the vast majority of cases the perpetrator is a male. It was also possible to identify that sexual abuse of children and adolescents is an expression of the Social Question, although not all the articles show such discussion, even because not all belong to the area of Social Work. It is also emphasized that although not all the articles show the discussion of the gender inequality, it is concluded that this one presents itself as a characteristic of the sexual abuse having its occurrence



in greater scale against children and adolescents women. Based on such reflections, it is concluded that there is a need to discuss sexual abuse of children and adolescents in different areas of knowledge, not only discussion, but also action. It is from the confrontation of such problematic that it will be possible to create initiatives that foment the emancipation of the subjects involved in this process. Sexual abuse of children and adolescents is a matter of public health and safety, and must be treated as such. Therefore, the creation of public policies and the investment in the qualification of professionals involved in this demand would be of fundamental importance to qualify the processes of coping with sexual abuse of children and adolescents.

Keywords: Sexual abuse. Children and adolescents. Genre. Social issues.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Identificação dos artigos.....	52
Quadro 02: Caracterização do abuso sexual.....	56
Quadro 03: Abuso sexual enquanto uma violação da dignidade sexual.....	60
Quadro 04: Abuso sexual enquanto violação dos direitos humanos.....	62
Quadro 05: Problematização da Questão Social.....	65
Quadro 06: Artigos que problematizaram algumas expressões da Questão Social.....	67
Quadro 07: Expressões da Questão Social que apareceram nos artigos.....	68
Quadro 08: Desigualdade ou violência de gênero.....	72

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 VIOLÊNCIA E SUAS FACES .....	14
2.1 Violência: Qual o sentido dessa palavra? .....	15
2.2 As faces da violência .....	24
3 AS DETERMINAÇÕES DA VIOLÊNCIA.....	35
3.1 Desigualdade social .....	36
3.2 Abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a desigualdade de gênero .....	42
4 METODOLOGIA E RESULTADOS .....	48
4.1 Caminho metodológico.....	48
4.2 Como as produções científicas fundamentam a análise do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto forma de violência: .....	57
4.3 Como as produções científicas articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a Questão Social nas suas mais variadas expressões:..	65
4.4 Como as produções científicas articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a violência de gênero: .....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
REFERÊNCIAS .....	78
APÊNDICE .....	88

# 1 INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado tem como tema a violência sexual contra crianças e adolescentes. A partir disso delimita-se como o abuso sexual de crianças e adolescentes e suas características. Desta forma, seu objetivo geral teve como premissa identificar as características do abuso sexual de crianças e adolescentes apresentadas pelo Serviço Social no âmbito das produções científicas analisadas, a fim de qualificar o entendimento a cerca desta problemática.

A partir disso desdobrou-se em 03 (três) objetivos específicos, que são: Analisar como as produções científicas do Serviço Social fundamentam a análise do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto forma de violência; Verificar como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a questão social nas suas mais variadas expressões; Identificar como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a violência de gênero.

Portanto, o interesse pela presente problemática se deu a partir do conhecimento da demanda no campo de estágio, e do interesse pessoal sobre a mesma. Tema este que perpassa a sociedade em todos seus momentos históricos, trazendo consigo novas reflexões, novas formas de enfrentamento e conseqüentemente novas formas de violência.

Por se tratar de um objeto de estudo e também de intervenção dos profissionais Assistentes Sociais, o presente trabalho foi realizado a partir de cinco renomadas revistas do Serviço Social, sendo estas a Revista Textos e Contextos, Katálysis, Revista Serviço Social em Revista, Serviço Social e Sociedade e por fim a Revista Temporalis (ABEPSS).

Desta forma, o trabalho está estrutura em 04 (quatro) capítulos, sendo o primeiro a introdução. O segundo desdobrado em 02 (dois) subitens, que discutem a violência em suas expressões, especialmente a violência sexual enquanto abuso sexual. O terceiro capítulo desdobrou-se em 02 (dois) subitens, que teve como objetivo discutir alguns processos de desigualdades sociais, dentre eles a identificação do abuso sexual enquanto uma expressão da Questão social, e também o a desigualdade de gênero, pontuando

alguns elementos da desigualdade geracional. No quarto capítulo apresenta-se o caminho metodológico, seguido dos resultados da pesquisa. E por fim as considerações finais.

Portanto, o objetivo final do estudo se dá na perspectiva de apreender o que os profissionais vêm visualizando enquanto determinações do abuso sexual contra crianças e adolescentes, em especial os profissionais da área do Serviço Social, podendo assim compreender o posicionamento profissional destes em relação a problemática e por fim contribuir para o fortalecimento das bases teóricas de estudo, e consequentemente na construção do conhecimento na área do Serviço Social.

## 2 VIOLÊNCIA E SUAS FACES

O presente capítulo tem por objetivo instigar a reflexão do sentido da palavra violência, demonstrando que esta vai além do senso comum, que muitas vezes a considera somente como o uso de força física. Busca também a interpretação desta dentro de uma sociedade dialética, isto é, que está em constante movimento, fazendo com que surjam variadas formas de sua manifestação de acordo com o tempo histórico ou forma societária presente em determinado momento.

Buscou-se analisar a palavra violência em seu sentido mais amplo a fim de organizar a leitura e a reflexão com base nos diferentes momentos históricos, identificando suas características particulares. Primeiramente compreender o que é violência, para posterior analisar umas das suas formas de manifestação, que é a violência sexual, posterior a exploração sexual e principalmente o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Houve a tentativa também, embora de forma breve, de contextualizar e trazer alguns elementos da violência em determinados momentos históricos, sejam eles: nas relações escravocratas, no regime feudal, e atualmente no modo de produção capitalista, para assim, sucintamente, evidenciar algumas de suas principais formas de manifestações, dentre elas a violência psicológica, física, de gênero, e estrutural.

Buscou-se também difundir as categorias metodológicas do método dialético-crítico através da historicidade, totalidade, contradição e mediação na discussão apresentada. A historicidade apresentada a partir de um breve resgate histórico da manifestação da violência no âmbito da sociedade considerando seus movimentos de superação. A totalidade manifesta-se quando se analisa a violência a partir de manifestações e processos, como um todo articulado por conexões que propiciam a constituição da sociedade. A contradição manifesta-se quando a história da sociedade progride para uma lógica que ao invés de superar as desigualdades sociais e constituir processos de mudança, reforçam e renovam suas manifestações, utilizando-se dos mesmos sujeitos para a perpetuação dessas manifestações da violência. E a categoria mediação apresenta-se na valorização da importância de compreender a violência sexual enquanto uma manifestação da Questão social, apreendendo-se, portanto da materialidade da realidade social.

## 2.1 Violência: Qual o sentido dessa palavra?

A violência muitas vezes é caracterizada ou compreendida apenas por um ato violento, ou seja, uma agressão física. Porém há um grande equívoco nessa afirmação, e este é o objetivo inicial deste capítulo, desmistificar ou desconstruir esta afirmativa, a partir das interrogações do que é violência, de que sentido essa palavra vem carregada, como esta se expressa e quais suas formas, buscando a apreensão da violência em sua totalidade e de suas expressões e manifestações. A partir disso, adentrar especificamente na violência sexual.

Para o dicionário a palavra violência vem carregada de sentido daquilo que é violento, ou seja, ato violento; ato de violentar; veemência; irascibilidade; abuso da força; tirania, opressão; constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação (Dicionário do Aurélio, texto online). Tal significado se analisado em três sentidos, sejam eles: biopsicossocial, ou seja, a violência física, psicológica e social, pode ser considerado uma das formas de analisar a palavra violência, porém conceituar violência é muito difícil visto que a ação geradora ou sentimento relativo à violência pode ter significados múltiplos e diferentes dependentes da cultura, momento e condições nas quais elas ocorrem (ALMEIDA, 2010, p. 7).

A violência é uma problemática intrínseca a sociedade, não é algo contemporâneo, acompanha o ser desde os primórdios da vida humana, como bem se refere Odália (2004, s/p) “desde o momento em que um longínquo ancestral do homem fez de um osso a primeira arma, a violência sempre caminhou lado a lado com a civilização”. O que diferencia é como esta se manifesta em cada período histórico, com novas formas, novas configurações e em situações diferentes. Portanto a violência está diariamente presente nas relações sociais, e nos dias de hoje manifesta-se das mais diversas formas, dentre elas destaca-se a violência física, racial, sexual, de gênero, psicológica, dentre outras.

Contudo quando se remete a palavra violência, a primeira imagem que se constrói subjetivamente é de alguém agredindo fisicamente outro alguém, nota-se que no exemplo busca-se levar em conta a palavra agredindo, o que num primeiro momento nos remete a agressão física, porém a violência vem se construindo socialmente e historicamente com novas faces, produzindo-se e reproduzindo-se nas relações sociais mantidas pelos indivíduos sociais, mas muitas das vezes é expressa com tanta

intensidade de força que nos remete aos tempos primitivos, reforçando a ideia que ainda não somos capazes de nos emancipar humanamente, e erradicar a violência da vida em sociedade. É importante ressaltar também que esta não atinge apenas as camadas mais vulneráveis da sociedade, abraça esta em seu todo, desde o “barraco até os palácios” (PEDERSEN, 2016), afinal pobreza não é sinônimo de violência.

Com isso faz-se importante centralizar a discussão do que é violência - em seu sentido mais amplo - a partir de um conceito que assim se expressa

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que ultrapassa os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA apud ALMEIDA, 2010, p. 6-7).

A partir dessa afirmação, remeter-se a palavra violência é compreendê-la como um fenômeno presente na sociedade, que embora havendo alguns esforços para mantê-la distante faz-se onipresente na vida das pessoas, integrando-se como algo já naturalizado nas relações sociais. Com isso a violência coisifica o ser humano, fazendo-o um simples objeto, que está à mercê de todas as suas manifestações, sejam elas sutis ou não. Pois a violência manifesta-se deste uma agressão física a uma propaganda midiática que violenta, por exemplo, mulheres, utilizando-as como mercadoria.

Minayo (2005) considera que encerrar a noção de violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a não apreender o percurso construído por esse fenômeno no seio das sociedades. Tal afirmação reafirma que o fenômeno da violência mantém-se presente, e é parte constituinte das relações sociais e como tal arrasta-se e perpetua-se por todas as ordens societárias que existiram, existem e que poderão a vir a existir.

Nessa discussão é importante remeter-se ao método dialético crítico, método este que norteia essa pesquisa, a fim de compreender a forma de interpretação das relações sociais, pois este compreende que os fenômenos estão em constante transformação resultante dos movimentos de suas bases, portanto não estando à realidade estagnada em seus movimentos, mas sim em constante movimento em expansão (VIEIRA, 2015). Nesse sentido, considera-se que analisar o fenômeno da violência é compreendê-lo numa realidade e numa sociedade que está em constante movimento, portanto uma



realidade dialética, considerando suas determinações complexas, diversificadas e materiais.

Freud, em uma de suas importantes reflexões disse haver três formas de adoecimento, quais sejam: “das agressões da natureza, das doenças hereditárias e das relações entre os homens, sendo esta a mais perversa” (1929). Com base nisso, torna-se relevante uma discussão, mesmo que breve, da violência presente nas relações humanas, considerando as relações de produção nas diferentes formas de sociabilidade, ou seja: na sociedade escravocrata, na sociedade feudal e na sociedade burguesa, buscando-se sempre que possível apresentar elementos que caracterizam a realidade brasileira.

Falar de violência e não remeter-se a esses tipos de sociedade, é deixar uma parte da história esquecida, adormecida. Pois a violência era, e ainda é algo intrínseco na sociedade, embora manifestando-se de diferentes formas, ainda caracteriza-se como violência. Porém falar dos tipos de sociedade é falar da estruturação e do desenvolvimento do trabalho que é condicionado pelo modo como é explorado, seja ele agrícola, industrial e comercial, ou seja, escravatura, patriarcado, ordens e classes (Marx; Engels, 1845-1846).

Com isso dará início essa breve contextualização da violência nos diferentes momentos históricos remetendo-se primeiramente as relações escravocratas. Talvez um dos períodos mais violentos da história da humanidade, no que corresponde a agressões físicas, o período escravocrata foi marcado por relações de poder, de exploração, de discriminação, dentre várias outras características marcantes desse período.

Nesse período as relações sociais eram bem demarcadas por dois personagens importantes, sendo um deles o escravo e o outro o seu senhor, como bem se refere Freyre (2003) em um título de seus livros, a Casa-grande e a Senzala. Nessa época as pessoas, especificamente os escravos eram tratados como meras mercadorias, serviam apenas para sanar as necessidades de seus senhores, sejam elas de trabalho agrícola, na alimentação, na higiene e também sexuais. A exploração se dava por várias formas. Em outros termos, o que regulava o trabalho era a escravidão. Dessa forma formou-se na época uma estrutura de produção baseada na agricultura, com a mão de obra escrava baseada na técnica de exploração, e como parte fundamental os índios e mais tarde os negros (Freyre, 2003).

E a violência? Não faltam situações para ela se expressar! Os escravos eram submetidos a jornadas de trabalho exaustivas, as agressões físicas eram algo constante no dia a dia, as mulheres, pelo fato de serem mulheres ainda eram submetidas a relações

sexuais com seus senhores<sup>1</sup>, a trabalharem estando gestantes, sendo que muitas vezes viam a óbito. O trabalho infantil também era uma das características dessa época, sem falar que não existiam direitos que os amparassem. Tais reflexões materializam e reafirmam que a construção da história da humanidade tem sua origem baseada na exploração de um ser sobre o outro, na violência, na discriminação e no preconceito que ainda, infelizmente, encontra-se nos dias atuais. Como bem se refere Velho (2000)

A violência, em diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira. A ocupação europeia do hoje território brasileiro foi feita mediante a destruição de centenas de culturas indígenas e da morte de milhões de ameríndios. Fosse pelo confronto direto em combate, fosse por doenças, escravidão e desorganização de sua vida social, os índios brasileiros foram, em grande parte, dizimados (...). Por outro lado, a instituição da escravidão, implicando uma dominação violenta, física e simbólica, atingiu os índios e depois, principalmente, a mão-de-obra africana que, durante quase quatro séculos, foi objeto do tráfico (DOC. ONLINE).

E assim foi se constituindo uma sociedade desigual, desumana que se construiu em cima do suor e do sangue de muitas e de muitos índios e escravos, fundamentado na exploração, com um regime autoritário e coercitivo baseado na violência, atravessando a construção e a história. Ao recorrer ao processo histórico, é possível constatar que boa parte do que foi construído e conquistado teve como base as revoluções, as guerras, os conflitos, como na Revolução Farroupilha (1835-1845)<sup>2</sup>, na Guerra dos Canudos (1893-1897)<sup>3</sup>, na Revolução Francesa (1789-1799)<sup>4</sup>, na Revolução Industrial (Séc. XVIII-

---

<sup>1</sup> A violência contra a mulher, pensada a partir das relações desiguais de gênero, acompanha a história na constituição da sociedade como um todo, num paradigma ideológico baseado na dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens, quanto pelas próprias mulheres. É uma doença que escolhe as mulheres como alvo e principalmente os homens como perpetuadores, esta chamada de patriarcado.

<sup>2</sup> Basicamente a **Revolução Farroupilha (1835-1845)** se configurou, historicamente, como evento emblemático da memória pública no Rio Grande do Sul (...). Consolidando-se como mito fundador da identidade regional no Rio Grande do Sul (ZALTA; MENEGAT, 2011). Esta foi uma revolução de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil, a então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que resultou na declaração de independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense (SECCHI, parágrafo 1º, 2013).

<sup>3</sup> **A Guerra de Canudos, revolução de Canudos ou insurreição de Canudos** foi um movimento político-religioso brasileiro que durou de 1893 a 1897, ocorrida na cidade de Canudos no interior do Estado da Bahia. Decorrente da grave crise econômica e social que encontrava a região, aonde havia latifúndios improdutivos, seguida de secas cíclicas, desemprego crescente, e muita religiosidade. Sua explicação se sustenta na contraposição de dinâmicas que se negam no encontro de dois diferentes estágios civilizatórios: o Brasil do litoral, educado, europeizado, rico, dominante e excêntrico e seu sertão, analfabeto, pobre, servil e periférico (MARTINS, 2007). Como indicação de leitura: Os Sertões, Euclides da Cunha.

<sup>4</sup> **A Revolução Francesa** aconteceu entre os anos de 1789 a 1799, tinha como objetivo alterar o quadro político e social da França. A partir de seus movimentos deu início a Idade Contemporânea, abolindo a servidão e os direitos feudais e proclamando os princípios universais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade (MORAES, s/d). Indicação de leitura: A Era das Revoluções, Eric Hobsbawm.

XIX)<sup>5</sup>, dentre inúmeras outras manifestações que existiram e que ainda existirão, pois foi assim que se construiu o histórico dessa sociedade na qual habitamos, através do conflito, este intrínseco a vida social.

É importante ressaltar que o objetivo dessa discussão não é descrever por completo os modos de sociabilidade citados, bem como delimitar tempo histórico, mas sim situar a violência em seu desenvolvimento, até porque se descrita toda história o foco de tal trabalho se perderia entre as entrelinhas. Faz-se importante também destacar que ao falar da história e da transição de um período para outro, esta acontece não de forma finita, mas possui momentos de transição, de ruptura, de continuidades e descontinuidades, ou seja, é dialética.

A sociedade escravista explorava brutalmente a massa de escravos que trabalhavam na produção, que se estruturava através dos meios de trabalho, que eram a terra, os instrumentos que possuíam para executar o trabalho e eles mesmos. Portanto como já falado às relações que eram mantidas se baseavam no domínio, na violência e na coerção. Com o tempo, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção da sociedade escravista agravaram-se muito. Essas contradições manifestavam-se por meio de grandes revoltas de escravos (LEITE, 2012). Com o impulso dado pelos escravos, camponeses e artesões livres também levantaram-se contra a exploração dos grandes senhores.

Marx e Engels em um de seus escritos, sendo ele a Ideologia Alemã refletem sobre a tomada de consciência dos indivíduos, desta forma

A consciência é, pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência (...); Por outro lado, a consciência da necessidade de entabular relações com os indivíduos que o cercam marca para o homem a tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade. Este como é tão animal como a própria vida social nesta fase; trata-se de uma simples consciência gregária e, neste

---

<sup>5</sup> A Revolução Industrial representou a lenta e inevitável evolução do capitalismo que, em última instância, substituiu a força motriz humana pelas máquinas, com profundas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais, período de desenvolvimento das novas tecnologias e das novas relações de produção, que marca o surgimento do capitalismo maduro (LESSA; TONET, 2011). Indicação de leitura: A Era das Revoluções, Eric Hobsbawm. Introdução a filosofia de Marx, Sérgio Lessa, Ivo Tonet.

aspecto, o homem distingue-se do carneiro pelo simples fato de a consciência substituir nele o instinto ou de o seu instinto ser um instinto consciente. Esta consciência gregária ou tribal desenvolve-se e aperfeiçoa-se posteriormente devido ao aumento da produtividade, das necessidades e da população, que constitui aqui o fator básico. A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual (...). A partir deste momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real. E igualmente a partir deste instante ela encontra-se em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria pura», teologia, filosofia, moral, etc. Mas mesmo quando essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral, etc., entram em contradição com as relações existentes, isso deve-se apenas ao fato de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente (Marx; Engels, 1845-1846, p. 16-17).

Com essa reflexão busca-se compreender a transição de uma sociedade para a outra, ou seja, a partir da tomada de consciência dos indivíduos. Movimento que resulta da contradição do que existe pelo que dá sinais de vir a substituir o existente, ou seja, a sociedade escravocrata, ou melhor, os escravos já saturados da condição que ocupavam na sociedade voltam-se contra seus senhores a fim de buscar alternativas de subsistência, movimento esse de tomada de consciência, pois vão em busca do rompimento das algemas que os mantinham presos a exploração da qual eram submetidos.

Assim a transição da sociedade escravocrata para o regime feudal se dá na forma de ataques e revoltas inicialmente nas tribos estrangeiras (chamados de bárbaros), acabando assim por dar início ao fim da sociedade escravista e na constituição de uma nova sociedade, a sociedade feudal (LEITE, 2012). Não diferente nesse tipo de sociabilidade, o que regulamentava as relações sociais era o trabalho, o modo como este era organizado. E o que ditava essa organização eram as relações de produção, baseada na propriedade do senhor sobre a terra e sobre o servo.

Os últimos séculos do Império Romano em declínio e as conquistas dos bárbaros destruíram uma grande massa de forças produtivas: a agricultura definha, a indústria entra em decadência por falta de mercados, o comércio arrasta-se penosamente ou é totalmente interrompido pela violência, e a população, tanto a rural como a urbana, diminui. Esta situação e o modo de organização a que deu origem desenvolveram, sob a influência da organização militar dos Germanos, a propriedade feudal (Marx; Engels, 1845-1846, p. 7).

Nesse tipo de sociedade já não eram mais os escravos os responsáveis pela produção, mas sim os servos da gleba, porém o que alterava era apenas o modo como estes eram explorados, pois a estrutura hierárquica era constituída num movimento

vertical, aonde os senhores ainda possuíam poderes sobre os servos, principalmente pela condição de classe produtora dominada. A exploração, e porque não usar o termo violência, podendo assim ser caracterizado o modo como as relações sociais estavam dispostas no período, pelo fato de que o servo era o ser social explorado, tinha a oportunidade de cultivo de um pedaço de terra, porém este era cedido pelo dono das grandes propriedades. Essa oportunidade vinha junto a obrigações que eram as de pagar ao senhor dono das terras impostos, rendas e, ainda, a trabalhar nas terras que o proprietário conservava para si. O senhor não podia matar o servo, pois no escravismo, o senhor tinha o livre arbítrio de matar seu escravo, mas ainda continuava com o direito de vendê-lo com a terra (LEITE, 2012).

Faz-se importante salientar também o papel da mulher na sociedade feudal, na qual resumia-se ao trabalho doméstico. Nas relações sociais, continuavam sendo tratadas como objeto, mercadorias, tendo funções determinadas, que eram cuidar da casa, do marido e dos filhos sem direito de exercer qualquer função fora desse meio, seja ela remunerada ou não. Tais aspectos ainda se fazem presentes na sociedade contemporânea, como será possível evidenciar no próximo capítulo.

Dessa forma simplificada compreende-se que o regime feudal também foi se construindo através das desigualdades e da exploração, características essas sinônimos de violência. Nota-se, com base nessa breve contextualização, que o que fundamenta as formas de sociabilidade são relações de produção baseadas na exploração e dominação de um grupo/classe contra outro. Imersos em relações sociais determinadas, identifica-se que há indivíduos que estão mais expostos a sofrerem com os efeitos destas relações, sendo as pessoas negras, pobres, mulheres e crianças.

Porém é importante salientar questões referentes à implantação do feudalismo em território brasileiro<sup>6</sup>, este questionado por alguns autores quanto a sua não existência no Brasil. Discussão essa existente devido ao fato de muitas das características próprias do feudalismo não serem encontradas no país, como diferenciação na organização social, no modo de produção, dentre outras.

Portanto como o que dita a transição de uma sociedade para outra é o modo de produção e a estruturação do trabalho, ou seja, a tomada de consciência dos indivíduos,

---

<sup>6</sup> Para um aprofundamento sobre esta questão faz-se importante recorrer a algumas leituras, tais como: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2007. MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão do feudalismo do Brasil:** um debate político. 2013.

não diferente seria com a transição do feudalismo para o capitalismo. Este dava sinais de ruir quando começou haver uma necessidade de desenvolvimento do meio urbano, ou seja, das cidades. As relações de produção baseados no artesanato já não estavam dando mais conta de suprir as necessidades do mercado, que clamavam por mão de obra mais sofisticadas, ou seja, novas relações de produção. Foi assim que mesmo dentro da sociedade feudal começaram a aparecer às relações de produção baseadas no modo de produção capitalista, modo este que viria a superar o feudalismo e encontra-se vigente até os dias atuais.

O processo de trabalho no capitalismo se distingue do processo de trabalho em outras formas societárias pré-capitalistas. É uma distinção de grau e espécie, isto é, não apenas a sociedade burguesa, como sociedade produtora de mercadorias, é a sociedade do trabalho, e vale salientar, trabalho abstrato, aquele que produz valor, mas nela o processo de trabalho é de outra espécie. O que significa que, primeiro, o “processo de trabalho” se constitui como processo de produção de valor de troca, mas, segundo, e eis o ponto crucial, a partir do modo de produção especificamente capitalista, ao incorporar a máquina e o sistema de máquinas, o processo de trabalho tende a se negar enquanto processo de trabalho.

Assim, destacamos dois momentos cruciais. Primeiro, o processo de trabalho que se constitui com o modo de produção capitalista não se volta à produção de objetos que satisfaçam a necessidades humanas, valores de uso, mas sim a produção de valores e, mais especificamente, mais-valia. Segundo, no interior deste próprio processo de trabalho capitalista ocorrem mudanças significativas, por conta do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que alteram sua própria natureza intrínseca (ALVES, 2007, p.32-33).

Com isso o modo de produção capitalista, a produção se desenvolveu de forma industrial, ou seja, tem suas leis baseadas no aumento do grau de concentração e centralização do capital, produzindo assim mais valia. Também buscou impulsionar o progresso tecnológico e a revolucionar a produção, a descartar o trabalho vivo socialmente necessário, dentre outras características próprias desse modo de produção. É importante destacar também que os principais atores desse processo eram o proletariado X burguesia, hoje classe trabalhadora X capitalistas.

As desigualdades sociais próprias do capitalismo emergiram juntamente com seu surgimento, ambos andam de braços dados, pois desde sua constituição buscou substituir o trabalho vivo pela máquina<sup>7</sup>, gerando assim desemprego, fome, pobreza.

---

<sup>7</sup> Tal situação se agravou a partir dos anos de 1970, quando há uma crise estrutural do capital e ocorre o processo de reestruturação produtiva, que gera o fenômeno chamado de desemprego estrutural. Giovane Alves destaca como uma das características desse processo a passagem para a subsunção real do trabalho ao capital, com o surgimento da nova base técnica do capital, com sua forma tecnológica voraz, abole apenas

Outra característica do capitalismo é a formação de um exército de reserva, ou seja, incontáveis pessoas desempregadas, onde os que estão empregados são submetidos ao trabalho análogo ao escravo a fim de manter seus empregos, devido a grande mão de obra excedente que existe para substituí-lo.

O capitalismo em si é um gerador de desigualdades, pois ao mesmo tempo em que produz riqueza, produz também pobreza<sup>8</sup>, essa lógica o impulsiona a reproduzir-se numa direção cada vez mais perversa e desumana, ao ponto de gerar a degradação cada vez maior da vida humana, em todos os aspectos, sendo uma consequência inevitável da reprodução do capital (TONET, s/d). Miséria, pobreza, fome, desnutrição, subnutrição e todo o cortejo de horrores – gerado pela falta de acesso (em quantidade e qualidade) aos bens materiais necessários à manutenção de uma vida digna – acompanham essa situação (TONET, s/d, p. 3).

Dessa forma o capitalismo se alastrou até os dias atuais, gerando inúmeras desigualdades que atinge diretamente a classe trabalhadora em seu todo. Esse modo de produção trata o ser humano, especificamente o trabalhador como mercadoria, algo muito substituível, seja por uma máquina, ou até mesmo por outro trabalhador, a mão de obra desvalorizada em seu último. E foi dessa forma que a história foi se escrevendo, pois ao voltar no início desse caminho, identificar-se-á os resquícios até os dias atuais, pois sempre existiram duas classes, onde uma era/é dominada e a outra dominante, seja na sociedade escravocrata com os senhores e os escravos, seja na sociedade feudal com os donos das propriedades e os servos, seja no regime atual enquanto classe trabalhadora e capitalistas. E é nesse cenário que o trabalhador torna-se alienado, pois ele é quem produz a riqueza, mas também é quem vive na pobreza.

Foi na tentativa de trabalhar o sentido da palavra violência em seu contexto mais amplo que se estruturou este primeiro item do presente trabalho. Buscou-se assim trazer brevemente os modos de sociabilidade que existiram até os dias atuais, a fim de que a compreensão do leitor em relação ao objetivo principal deste trabalho que é identificar

---

tendencialmente o trabalho vivo. Ela se expressa na substituição no interior da indústria (e dos serviços) capitalista, de trabalho vivo (força de trabalho) por trabalho morto (máquinas) (ALVES, 2007, p. 47).

<sup>8</sup> Processo esse conhecido como Lei da acumulação de capital que atinge imensos contingentes do mundo do trabalho assalariado em maior ou menor proporção (o próprio surgimento do desemprego estrutural e dos “novos pobres” nos países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento é expressão da lei geral da acumulação capitalista) (ALVES, 2007, p.102).



as características do abuso sexual de crianças e adolescentes apresentadas pelo Serviço Social no âmbito das produções científicas, tivesse um enfoque histórico estruturado a partir da análise da violência nos modos de produção, compreendendo as suas características e manifestações na sociedade na qual estamos inseridos.

Desta forma, o item a seguir trará a discussão das formas de violência presentes na sociedade, formas essas que materializam e dão sentido a discussão que vem sendo feita no presente trabalho. Também, destacar-se-á especificamente a temática central dessa pesquisa que é a violência sexual de crianças e adolescentes, mais especificamente o abuso sexual, carregado de conceito, definições e características.

Para a conclusão deste item nada melhor do que as belas palavras de Gilberto Freyre

Eu ouço as vozes; eu vejo as cores; eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí; mais tropical; mais fraternal mais brasileiro. O mapa desse Brasil em vez das cores dos Estados terá as cores das produções e dos trabalhos. Os homens desse Brasil em vez das cores das três raças terão as cores das profissões e das regiões. As mulheres do Brasil em vez de cores boreais terão as cores variamente tropicais. Todo brasileiro poderá dizer: é assim que eu quero o Brasil, todo brasileiro e não apenas o bacharel ou o doutor o preto, o pardo, o roxo e não apenas o branco e o semibranco (2003, p.1).

Embora não seja ainda esse o Brasil que se tem, mas esse é o Brasil que se deseja ter, não só o Brasil, mas o mundo. Onde não haja desigualdades, violência, fome, pobreza, preconceito e tudo que reforça essa sociedade desigual e desumana na qual habitamos. Precisa-se adquirir e fortalecer a consciência de classe, e resistir para que a mudança aconteça, movimento é vida, é liberdade.

## **2.2 As faces da violência**

Depois de explicitar sucintamente a palavra violência em seu contexto mais amplo, neste item buscar-se-á desvelar algumas de suas faces, dando materialidade e sequencia a discussão iniciada no item anterior. A reflexão aqui virá ao encontro do que se propõe esta pesquisa, compreendendo com mais propriedade o que é a violência sexual especificamente o abuso sexual de crianças e adolescente, porém torna-se



importante num primeiro momento visualizar algumas manifestações da violência presentes na sociedade contemporânea.

Dar-se-á um enfoque num primeiro momento, embora que de forma breve as manifestações da violência com ênfase na violência física, violência psicológica, violência de gênero e violência estrutural, manifestações essas que aparecem no decorrer da discussão do item anterior, reforçando a perspectiva de que a violência e suas múltiplas manifestações fazem-se presentes em todos os modos de sociabilidade que constituíram e constituem a sociedade, afinal, ainda não se ouviu falar em algum tipo de sociedade em que a violência não se fizesse presente, seja ela no uso da força física, do poder, da dominação e com quem for, com indivíduos, grupos e a sociedade num todo, tendo assim a violência formas específicas e particulares de se manifestar.

Desta forma quando se remete a violência física, fala-se do uso da força para produzir lesões, traumas, feridas, dores ou incapacidades em outrem (BRASIL apud MINAYO, s/d, p. 38). É importante ressaltar também que este tipo de violência costuma ocorrer em todos os ambientes sociais, não é restrita a um ambiente específico, portanto não ocorre somente dentre do ambiente doméstico. A violência física está presente na agressão de um homo fóbico que muito além de agredir, mata diariamente pessoas gays. A violência física mostra-se quando uma mulher é agredida pelo seu parceiro, quando o filho é violentado pelo pai, quando a professora é agredida pelo aluno dentre outras possibilidades de expressão desse tipo de manifestação da violência.

A violência física aparece em primeiro lugar no levantamento de ocorrência de violência atendido pelo SUS, sofrida por mulheres no Mapa da Violência (2015), no total de 10 outras formas de manifestação de violência. Estando presente em 48,7% dos atendimentos, com especial incidência nas etapas jovem e adulta da vida da mulher, quando chega a representar perto de 60% do total de atendimentos (Mapa da Violência - Homicídio de mulheres no Brasil, 2015). Índices que reforçam o papel que as mulheres ocupam na sociedade, alimentando diariamente as estatísticas em relação a violência, seja qual for sua forma de manifestação.

Com isso destaca-se também a violência psicológica que se caracteriza através de agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir-lhe a liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social (MINAYO, s/d, p. 39). Esse tipo de violência atinge diretamente a autoestima da vítima, e é uma das manifestações de violência mais difíceis de identificar, pois vem mascarada por ciúmes, humilhações, ofensas, controle e ironias (MARTINELLI, 2016).

A violência psicológica deixa sequelas (in) visíveis quando praticada, e sabe-se que a principal vítima de tal violência mais uma vez é a mulher. Com isso a Lei Maria Da Penha<sup>9</sup> torna claro sob o art. 7º, Lei Nº 11.340/2006 que dentre as formas de violência doméstica e familiar praticadas contra a mulher, encontra-se também a violência psicológica, entendida como

qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Embora com conceitos e características sob tal violência, esta é difícil de ser identificada, pois muita das vezes sua incidência vai por uma perspectiva sutil, que envolve e cega até mesmo à vítima que não identifica que tal violência está sendo cometida contra si. Às vezes é com falas como: “você é um fracasso na cozinha”, “você está engordando”, “você não tem um bom desempenho na cama”, que destroem gradativamente a autoestima da vítima, desencadeado inicialmente por uma reclamação “boba”, até chegar a uma situação fora de controle, resultando muitas vezes na violência física.

É dessa forma que a violência psicológica se expressa na vida das vítimas, deixando-as sempre num estado de medo e de alerta, até pelo fato deste tipo de violência não ser restrito ao ambiente doméstico, podendo ocorrer no emprego, na academia, dentre vários ambientes que haja socialização, ou melhor, preconceito, desrespeito, subordinação e machismo.

Com base nessa discussão destaca-se também a violência de gênero que constitui-se em formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas diariamente através do convívio

---

<sup>9</sup> Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). É uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras e foi criada para a proteção delas contra a violência doméstica e familiar. Este tipo de agressão fere os direitos das mulheres, humilha, maltrata e mata.

social e geralmente sofridas pelas mulheres, embora essa não seja uma regra. Esse tipo de violência se apresenta como forma de dominação e existe em qualquer classe social, entre todas as raças, etnias e faixas etárias (MINAYO, s/d). Fator determinante da ocorrência desse tipo de violência é a perpetuação do machismo na sociedade, que é reproduzido tanto por homens, quanto pelas próprias mulheres. Desta forma

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizada por homens e mulheres (ARAÚJO, 2008, s/p).

A violência de gênero pode ser compreendida e caracterizada como uma das principais formas de manifestação da violência. Dito isto pelo fato de a mulher embora não sendo a única, mas a principal vítima desse tipo de violência, também seja a que mais sofre com todas as formas de violência descoberta até hoje, comprova-se isso também a partir da discussão que vem sendo feita no decorrer do trabalho. Seja a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, étnica, estrutural, dentre outras formas de violência a mulher sempre será a principal vítima, basta recorrer aos noticiários, as estatísticas, a dados, e essa triste constatação será mais uma vez a realidade. Desta forma destaca-se que

Embora muitos avanços tenham sido alcançados com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), ainda assim, hoje, contabilizamos 4,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil no 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime. Segundo o Mapa da Violência 2015, dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013 (retirado do blog COMPROMISSO E ATITUDE, s/p, 2016).

Com isso a relação homem/mulher se apresenta em relação à violência de gênero enquanto uma condição de inferioridade por parte da mulher. Esta historicamente ocupou um espaço na sociedade que a limitava e a diminuía enquanto ser humano mulher, sempre subordinada aos mandos e desmandos de seus senhores, patrões e até mesmo esposos foi se construindo um paradigma de desigualdades que hoje embora muito já superado, ainda existente em qualquer ambiente social, com novas formas e

configurações. E muito além de ser mulher, as violências e desigualdades sofridas se perpetuavam e ainda perpetuam quando estas são mulheres, negras e pobres.

É nesse cenário que cabe falar sobre a violência estrutural, um tipo de violência que atinge diretamente as relações sociais, descrita desta forma

A violência estrutural é formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana, mas que frequentemente não são consideradas ações violentas (...). Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza (SILVA, s/d, p. 3, 4).

É um tipo de violência sutil e discreta, com suas bases enraizadas na dominação de uma classe sobre a outra, seguindo por uma lógica que naturaliza a pobreza e as desigualdades, fundadas na distribuição da riqueza social, tendo como uma das consequências o não acesso as necessidades básicas e atingindo principalmente pessoas economicamente desfavorecidas.

A violência estrutural pode ser produzida e reproduzida por qualquer instituição social, desta forma se estabelece sob qualquer estrutura social, articulando-se com as outras formas de violência, pois de acordo com Saffiotti (2001) não se pode compreender as diversas formas de violência de maneira fragmentada, separando relações interpessoais e estruturais, sob pena de perder a visão da sociedade como totalidade. Fato este que se revela por muitas das vezes a vítima da violência de gênero, da violência sexual, ser a mesma pessoa que não acessa direitos básicos, como respeito, equidade, moradia, emprego, dentre outros fatores que reforçam e potencializam a ocorrência da violência seja ela estrutural ou de outra ordem.

Desta forma a violência estrutural encontra-se presente em estruturas organizadas como a família, a sociedade, o Estado, na forma de opressão e negação de direitos fundamentais seja no acesso a escola, a condições habitacionais precárias, o não acesso a saúde, a reprodução do trabalho infantil, a dependência química, etc. E novamente aqui se repete o mesmo discurso, quem são as vítimas?. Fica claro apenas ao ler as suas causas, de que as principais vítimas são pessoas pobres, não sendo uma regra, mas sendo a realidade.

Cabe ressaltar que na maioria das vezes a vítima que sofre a violência sexual, também sofre outras formas de violência, dentre elas a violência estrutural. Sendo que muitas das vezes quem sofre esse tipo de violência não se dá conta, devido as suas

formas de expressão serem naturalizadas no cotidiano da vida em sociedade. Já a violência sexual possui características específicas, é o que será abordado a partir daqui, tendo como grupo de análise crianças e adolescentes.

A violência sexual pode ser considerada enquanto um fenômeno histórico, que se produz e reproduz nas relações sociais. Esta ocorre com maior incidência no ambiente doméstico/familiar contra mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, tendo como principal vítima a pessoa do sexo feminino. Porém também ocorre no ambiente externo, quando não há proximidade entre os sujeitos do processo, como na rua, no ambiente íntimo do agressor e nas redes de prostituição. Faz-se importante também ressaltar que de acordo com o Código Penal/1940 através do Título VI que corresponde aos Crimes contra a Dignidade Sexual sob o Capítulo II<sup>10</sup>, onde equivale aos crimes sexuais contra vulnerável, considera-se crime todas as formas de manifestação de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002) traz um conceito sobre violência que busca englobar suas formas de manifestação, pois esta ocorre de duas formas. Pode ser evidenciada enquanto abuso sexual, ou exploração sexual. Ainda dentro da exploração sexual pode se manifestar na forma de exploração sexual no contexto da prostituição, da pornografia infantil, do tráfico para fins de exploração sexual e no turismo com motivação sexual. Desta forma tal conceito designa que

[...] qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a

---

<sup>10</sup> **Estrupo de vulnerável:** Art. 217-A. Corresponde a ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, estando sujeito a pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações contra alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. § 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. § 4º Se da conduta resulta morte: Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

**Corrupção de menores:** Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

**Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente:** Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

**Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável:** Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles (p. 147).

Considera-se ainda também a violência sexual como “a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes” (CARTILHA EDUCATIVA, s/d, p.8). Deve ser considerada como um fenômeno universal, não existindo restrições quanto ao sexo, idade, etnia ou classe social. Embora atinja homens e mulheres, as mulheres são as principais vítimas, em qualquer período de suas vidas, porém as mulheres crianças e adolescentes apresentam risco mais elevado de sofrer esse tipo de agressão (FACURI et. al., 2013).

Desta forma “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, art. 2º, 1990). Destaca-se isso pelo fato de que os mesmos seguem enquanto público delimitado para tal pesquisa. Especificamente a violência sexual praticada contra esse grupo considera-se

a violência sexual contra crianças e adolescentes é o envolvimento destes em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, nas quais haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do adulto, sendo ela incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder ou de qualquer incapacidade mental ou física (CARTILHA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, p.1, s/d).

Fala-se de violência sexual contra crianças e adolescentes devido ao fato de que esta problemática deve estar nas pautas diárias de discussão, na perspectiva de conquistar avanços na resolução desta, por isso tal trabalho vem participar desta caminhada. Tendo como um de seus objetos traçar um caminho que alcance os outros, seja uma ou duas pessoas, ou quais se interessarem pela leitura, mas que o movimento aconteça, pois ele é necessário para que haja a mudança.

Desta forma o dia 18 de maio, instituído o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, é um dos movimentos mais importantes para o enfrentamento dessa problemática, tendo como o objetivo mobilizar a sociedade e convocá-la para o engajamento nessa luta, que é diária. Escolhido este dia pelo fato de que nesta mesma data em 1973, Araceli uma menina de apenas oito anos, residente de Vitória (ES), foi sequestrada, violentada e cruelmente assassinada. Seu corpo apareceu seis dias depois, carbonizado. Seus agressores nunca foram punidos.

Devido a sua repercussão, e forte mobilização este dia ficou instituído para a luta em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, e contra a violência sexual (Fundação Abrinq, 2015).

Dados do Disque 100 reforçam a importância de falar da violência sexual contra crianças e adolescentes, pois de acordo com o primeiro trimestre de 2015 foram registradas 21.021 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes. Os casos mais registrados foram de negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual. Estando a violência sexual como a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes denunciada nos três primeiros meses deste ano. Foram denunciados 4.480 casos de violência sexual, o que representa 21% das mais de 20 mil demandas relacionadas a violações de direitos da população infanto juvenil, registradas entre janeiro e março de 2015 (DISQUE 100, 2015).

Tais números dão uma ideia geral da ocorrência de tal violência, pois muitas das vítimas não denunciam, portanto não fazem parte numericamente das estatísticas que alimentam e dão materialidade para a discussão. Desta forma ressalta-se que o número de vítimas é maior do que estes trazidos. Desta forma faz-se importante trazer como se manifesta a violência sexual tanto na vida de crianças e adolescentes, quanto a todos que viveram, vivem e poderão viver esta violação.

Portanto, como já descrito anteriormente a violência sexual mostra-se com mais de uma face. Sendo a exploração sexual, e também o abuso sexual. No que se refere à exploração sexual esta corresponde à utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais, mediada por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca. (Cartilha Educativa, s/d). Aqui retoma-se a historicidade desta problemática, que desde o período escravocrata já enraizava-se na sociedade, submetendo-os a exploração seja pela necessidade de um prato de comida, por um lugar para sobreviver ou até mesmo por um trabalho, que embora desumano era o que os mantinham vivos.

Segundo Faleiros e Campos (2000, s/p), a história brasileira, assim como a da América Latina, foi marcada por colonização escravagista e por uma elite oligárquica dominante que tinha como característica a exclusão daqueles considerados inferiores. Os critérios utilizados para a exclusão social eram baseados na cor, raça, gênero e idade, dando origem a uma sociedade machista, sexista e adultocêntrica, que predomina até os dias atuais.

Reforçando com isso outras formas de violência e conseqüentemente a desigualdade e exclusão social, portanto não diferente com a exploração sexual que



inclui as diversas formas de prostituição, o tráfico e a venda de pessoas, todo tipo de intermediação e lucro com base na oferta e na demanda de serviços sexuais das pessoas, o turismo sexual e a pornografia infantil.

Faz-se importante ressaltar que contemporaneamente um dos principais veículos que reforçam esses tipos de violência é o mau uso da internet que tem como função a divulgação de imagens e material pornográfico, como também a incorporação ou aliciamento de vítimas. Fator esse que reforça a pornografia infantil.

Esta considerada como “todo material audiovisual utilizando crianças num contexto sexual” (FIGUEIREDO; BOCHI, p.59, s/d), ou ainda a produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos (fotografia, vídeo, desenho, filme etc.) envolvendo crianças e adolescentes (Cartilha Educativa, s/d), portando constituindo-se enquanto exploração sexual.

Outro fator preponderante para a ocorrência dessas violências é a sociedade de consumo, que impõe modos de vida baseados na existência do ter e não do ser, impondo o consumismo como forma de inclusão social. Fator este que reforça fielmente o turismo com motivação sexual e também o tráfico para fins de exploração sexual. O primeiro correspondente à exploração sexual de crianças e adolescentes por visitantes de países estrangeiros ou turistas do próprio país, normalmente com o envolvimento, cumplicidade ou omissão de estabelecimentos comerciais de diversos tipos (Cartilha Educativa, s/d). O segundo referindo-se a promoção ou facilitação da entrada, saída ou deslocamento no território nacional de crianças e adolescentes com o objetivo de exercerem a prostituição ou outra forma de exploração sexual (Cartilha educativa, s/d).

As formas de exploração sexual descritas a cima fazem parte de um sistema que abastece o mercado mundial. Seja o mercado do sexo, das drogas, do consumo em geral. E crianças e adolescentes, em especial do sexo feminino são os principais alvos para a perpetuação desse sistema, devido a condições sócio históricas que perpassam a sociedade. São condições de desenvolvimento, de subordinação, submissão, de machismo, reforçado por aspectos culturais como as relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres.

Todas as ramificações da exploração sexual e também o abuso sexual expõem, provocam riscos e reforçam desigualdades, tanto para o desenvolvimento pessoal, sexual, social e profissional de crianças e adolescentes, potencializando assim a vulnerabilidade social. São práticas cruéis e criminosas capazes de comprometer seu



desenvolvimento biopsicossocial, considerada, portanto uma violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Reforçando a ideia de que o

O Brasil, assim como outros países do mundo latino-americano, africano ou asiático representam um relevante foco de exploração sexual de crianças e adolescentes. Com efeito, no nosso país, em que a corrupção é endêmica, as políticas públicas de educação e assistência social, em regra, são ineficientes ou inexistentes e acabam agravando a pobreza e a miséria, a situação de vulnerabilidade torna-se mais intensa, criando situações favoráveis para que meninos e meninas sejam alvo da exploração sexual (MAPEAMENTO. p. 6, 2013/2014).

Portanto diariamente rasga-se a Constituição Federal/88, especificamente em seu Art. 227 aonde institui o princípio da proteção integral, exigindo da família, da sociedade e do Estado prioridade absoluta na proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes e no combate a toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra eles praticadas.

Desta forma, adentrar na questão do abuso sexual faz-se necessário, pois este também é um fenômeno universal que emerge da vida em sociedade, portando considerado um fenômeno social. Tendo como agressor quem deveria garantir a segurança, seja a família quando o abuso acontece no contexto intrafamiliar, seja a sociedade quando negligência e reforça a violência com a existência de casos de abuso no território extrafamiliar, ou por parte do Estado que não propõe medidas para a erradicação dessa e de outras formas de violência.

Com isso falar de abuso sexual de crianças e adolescentes é compreendê-lo a partir de uma perspectiva que o considera enquanto violação sexual praticada por um adulto ou alguém mais velho em relação a uma criança ou a um adolescente. Tendo como principal intuito sua satisfação sexual, valendo-se de poder ou autoridade que o adulto possui. Considerando enquanto abuso qualquer ato libidinoso, atividade sexual, como palavras obscenas, exposição dos genitais ou de material pornográfico, telefonemas obscenos, sexo oral, vaginal ou anal (MPDFT, 2015).

Reforçando o conceito de abuso sexual Azevedo e Guerra (1988) afirmam que esse tipo de violência pode ser considerada em três perspectivas. A primeira não envolvendo contato físico, como o abuso verbal, telefonemas obscenos, vídeos/filmes obscenos, voyeurismo; A segunda envolvendo contato físico, como atos físicos genitais que incluem 'passar a mão', coito (ou tentativa de), manipulação de genitais, contato oral-genital e uso sexual do ânus; pornografia, prostituição infantil (ou seja, exploração

sexual da criança para fins econômicos) e incesto (enquanto há atividade sexual entre uma criança e seus parentes próximos, tanto de sangue quanto de afinidade); E a última sendo o contato físico com violência, além da sexual: agressão física, brutalização e assassinato.

O abuso sexual de crianças e adolescentes é apenas um dos diversos tipos de violência a que a vítima está exposta. Vem sendo praticado, ao longo dos tempos, sem distinção de raça, cor, etnia ou condição social, embora atinja com maior abrangência crianças ou adolescentes do sexo feminino. Esta violência ocorre de forma velada e, na maioria das vezes, não é relatado às autoridades competentes, dificultando assim a resolução ou a identificação da violência. É uma das formas mais cruéis de se maltratar uma criança e consiste na utilização de um menor para a satisfação dos desejos sexuais de um adulto.

Um dos principais mecanismos legais criados para o enfrentamento do abuso sexual foi o Estatuto de Crianças e Adolescentes/ ECA 1990, que tem como objetivo assegurar a criança e o adolescente gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Art. 3º, 1990).

Embora segurado legalmente, esses direitos diariamente são negados ou feridos. É a partir disso que se torna possível afirmar que o fenômeno da violência está naturalizado nas relações sociais, seja enquanto vitimação processo resultante da violência estrutural, ou vitimização, resultante da violência interpessoal. Manifestando-se desde o âmbito privado dos indivíduos, até o âmbito público, seja numa violência doméstica ou intrafamiliar até uma violência estrutural. Com isso afirmar que a violência está enraizada no âmbito das relações sociais torna-se repetitivo e recorrente, acabando-se por tornar-se algo irrelevante, por estar tão intrínseco na vida em sociedade, ou seja, banalizado. Porém não pode-se deixar de lado tal fenômeno, considerando suas consequências na realidade social das vítimas, ou seja, no seu desenvolvimento.

Braun (2002, p.16) afirma que a maioria dos casos de violência sexual (80% a 95%) acontecem sendo que o agressor é conhecido da vítima, ou tem uma relação de cuidado, proteção e responsabilidade para com ela. Reforçando essa afirmação constata-se, a partir do estudo de Faleiros (2003) que em 94% dos casos analisados as vítimas

tinham uma estreita convivência com o abusador, que eram familiares ou ligados à família e conhecidos. Essa realidade traduz a dificuldade na denúncia da violência, pois sendo o agressor uma pessoa próxima a vítima acaba por estar diariamente exposta as ameaças do mesmo, fazendo com que a violência não termine o ciclo.

Desta forma faz-se importante ressaltar quem são as vítimas da violência sexual. Estando esta em quarto lugar no que corresponde as formas de violência sofridas por crianças e adolescentes. De acordo com o Balanço Semestral Disque Direitos Humanos (2015) o perfil das vítimas, considerando o gênero revela que meninas são as maiores vítimas, contabilizando 45% das denúncias, sendo que 39% correspondem ao sexo masculino e 16% não foi informado. No que corresponde a faixa etária, estão entre as que mais sofrem violência a partir dos 08 a 11 anos, somando 20%, seguido das faixas etárias de 04 a 07 e de 12 a 14 anos, representando cada uma 19% respectivamente. E no que corresponde ao quesito raça/cor, conforme classificação do IBGE, pretos e pardos somam 34% e brancos 25%, e o restante não informado.

Observa-se a partir da discussão feita até aqui que os sujeitos mais vulneráveis as estas diversas expressões de violência são os pobres, negros, mulheres, crianças. Esta observação demanda uma breve discussão sobre algumas das principais determinações para a produção e a reprodução da violência, tendo como categoria principal de análise a desigualdade, e a partir dela a desigualdade social, de gênero, e geracional.

Portanto remeter-se a palavra violência é compreendê-la em suas variadas formas de apreensão e, portanto, a materialização deste fenômeno na realidade concreta necessitará de um entendimento a partir de uma perspectiva de totalidade, considerando a violência como uma categoria histórica e objetiva que se manifesta produzindo-se e reproduzindo-se sob dadas condições sócio históricas (VIEIRA, 2015).

### **3 AS DETERMINAÇÕES DA VIOLÊNCIA**

O capítulo anterior buscou de forma sucinta abarcar a discussão de que a violência sexual, na forma de exploração sexual e principalmente abuso sexual de crianças e adolescentes deve ser compreendida a partir das suas mais diversas determinações, sendo que estas afloram no seio da sociedade. Desta forma houve a

tentativa de um breve resgate histórico das formas de sociabilidade como o foco voltado para a manifestação da violência em cada período, no intuito de compreender como se manifestava a violência, sendo que esta é intrínseca a sociedade.

Entende-se que estas determinações fazem parte um processo de totalidade, ou seja, não ocorrem isoladamente, envolvendo, portanto outros processos sociais oriundos da vida em sociedade. Essas e outras serão reflexões serão desenvolvidas nos itens a seguir , tendo como objetivo discutir de forma breve, os processos de desigualdade social, constituindo-se também enquanto desigualdade de gênero e geracional.

Nessa perspectiva os próximos itens trarão a discussão de algumas das determinações que levam e fortalecem a ocorrência da violência sexual de crianças e adolescentes, determinações essas que fazem parte de um processo histórico. Subentende-se que tais processos de desigualdade tem um papel muito importante nas determinações e conseqüentemente na ocorrência da violência sexual, seja enquanto exploração ou abuso sexual.

É nesse contexto também que torna-se importante adentrar na discussão da relação da violência sexual com a Questão Social, como se estabelece e como se manifesta. Afirma-se aqui que a violência sexual é uma expressão da Questão Social, sendo isto que abarcará o item a seguir, na compreensão da violência sexual enquanto uma expressão da Questão social processo oriundo da desigualdade social, envoltos pela desigualdade de gênero e geracional.

### **3.1 Desigualdade social**

A desigualdade social pode ser considerada a maior causadora dos problemas sociais existentes na sociedade, pois desde que o homem se reconheceu enquanto ser social a desigualdade já predominava, seja na separação das raças, ou seja, brancos de negros, seja na desigualdade econômica, ricos de pobres, na sobreposição de gêneros, homens sobre mulheres, e na acrescência geracional, do adulto sobre a criança. Como bem se refere Marx e Engels “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (1848, p.7).

Desta forma a sociedade foi se estruturando, portanto a linha de raciocínio para tal discussão será a partir da implantação do Modo de Produção Capitalista, este vigente

até os dias atuais. Escolhido este ponto de partida devido ao fato de a Questão Social ter seu surgimento a partir das desigualdades produzidas por este modo de sociedade, tanto que seu conceito baseia-se e se expressa na contradição Capital X Trabalho. Desta forma torna-se importante trazer algumas características próprias desse modo de produção.

A desigualdade social pode ser considerada também enquanto desigualdade de classes, esta constituída pela burguesia e proletariado. A classe burguesa sendo a que possui os meios de produção e a classe trabalhadora a que produz a partir de sua mão de obra. Produz mais valia, produz riqueza, e dela nada tem acesso, gerando assim a contradição. Contradição esta que corresponde ao fato de a classe trabalhadora/proletariado produzir riqueza e não ter acesso a ela, não ter acesso se quer a condições dignas de sobrevivência. Desta forma o proletariado pode ser assim caracterizado

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbiram na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim o proletariado é recrutado em todas as classes da população (MARX. ENGELS, 1848, p. 20).

O Modo de Produção Capitalista teve em seu surgimento, períodos que foram importantes para a sua implantação e logo sua implementação. Esses períodos ficaram conhecidos como “primeira, segunda e terceira modernidade do capital” (ALVES, 2007, p. 24). É nesse breve resgate histórico que se dará a compreensão da lógica do capital e como esta se relaciona com as desigualdades sociais. Portanto cabe ressaltar que o capitalismo só atingirá sua efetividade a partir da segunda modernidade do capital, quando terá a instauração do Modo de Produção Capitalista em sua plenitude, ou seja, com a instauração do sistema de máquinas, baseado na subsunção real do trabalho ao capital (ALVES, 2007).

Desta forma a primeira modernidade do capital corresponde aos primórdios do capitalismo moderno (Séc. XVI a XVIII), onde a sociedade europeia baseava-se no capitalismo comercial e manufatureiro, sendo as relações de consumo imersas em relações tradicionais, baseadas no capital mercantil, resquícios ainda de uma sociedade feudal. É a época da “assim chamada acumulação primitiva”. Surgem o trabalho assalariado e a divisão do trabalho, por exemplo (ALVES, 2007). Porém é a partir da

Segunda modernidade do capital que serão trazidos elementos mais importantes para a discussão.

Esse período de transição da primeira modernidade para a segunda ficou conhecido como Revolução Industrial, momento em que o operário/trabalhador perde o controle sobre seu trabalho e é submetido e substituído pelo sistema de máquinas. Talvez um dos períodos mais importantes para o capitalismo, e mais degradantes para a classe trabalhadora a segunda modernidade do capital trouxe junto com as máquinas, um crescente desemprego e a substituição da mão de obra do trabalhador pela máquina. Momento em que se aliena o trabalho e o trabalhador, pois este passa a servir a máquina, portanto subordinado a ela. É a “coisificação do trabalhador e a personificação da máquina” (ZEFERINO, 2009, p. 2).

Desta forma foi a partir do Séc. XIX com a segunda modernidade do capital que surge o capitalismo propriamente dito, com suas raízes no modernismo e na produção capitalista, com a divisão de classes entre burguesia e proletariado e o surgimento de novas condições de opressão e conseqüentemente novas formas de luta. É, portanto, uma modernidade em que perpassam contradições sociais, rupturas estruturais, que iriam se manifestar, em sua totalidade, na etapa da crise estrutural, ou seja, na terceira modernização do capital. Desta forma

A crise da segunda modernidade do capital ocorre em meados da década de 1960, década de transição, anunciando, no centro do sistema do capital, a passagem para a terceira modernidade ou modernidade tardia, a modernidade sem modernismo. Ela se constitui na medida em que se dissolvem as coordenadas históricas compositivas do modernismo (ALVES, 2007, p. 30).

É nesse período histórico, que se consolidam algumas das implicações fundamentais da sustentação do sistema capitalista, como: a concentração de riqueza, o pauperismo, a exploração generalizada do trabalho assalariado, o aumento do exército industrial de reserva e o conseqüente rebaixamento de salários. Tal cenário tornou-se propício para o início de uma crise estrutural, momento em que a classe trabalhadora se vê as mazelas da sociedade, com nenhuma garantia de direitos, com o desemprego em massa, sendo tratados como meras mercadorias, tendo sua mão de obra desvalorizada ao máximo, e mesmo assim tendo que se submeter as flutuações do mercado, devido a necessidade de sobrevivência. Desta forma

A terceira modernidade do capital é a modernidade tardia, a modernidade sem modernismo, ou a modernidade pós-modernista. A terceira modernidade é a modernidade do precário mundo do trabalho e da barbárie social. Enfim, entramos numa outra temporalidade histórica do capital, com impactos decisivos na objetividade e subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados e do trabalho vivo. É o que alguns autores, identificaram também como hipermodernidade, mero eufemismo para caracterizar a modernidade tardia do capital em sua crise estrutural (LIPOVETSKY apud ALVES, p. 27, 2007).

As alterações que o capital promoveu no processo de trabalho, principalmente a partir da maquinaria e da grande indústria, fez pela primeira vez que o trabalho perdesse o seu lugar como agente social ativo do processo de produção. De termo inicial, o trabalho vivo torna-se mero termo intermediário subsumido à máquina. Portanto, quando fala-se em capitalismo refere-se a um modo de produção capaz de gerir a vida dos seres humanos, um sistema que ao mesmo tempo que explora a mão de obra a exclui e substitui pela máquina.

É com esse movimento que o Modo de Produção Capitalista veio se perpetuando e ganhando força. A cada crise que esse sofria uma nova forma de superá-la surgia, com novas formas de exploração e alienação do trabalho e conseqüentemente do trabalhador. Assim foi com a primeira, seguida da segunda e da terceira modernidade do capital e demais processos que fizeram parte do capitalismo, que embora deveras crises sofridas, este ainda não se exauriu dando espaço a outra forma de sociabilidade.

No entanto, diante da produção sempre mais ampla e profunda da desigualdade social e na impossibilidade de atacar as suas raízes, o capital vê-se na necessidade através do Estado e/ou de inúmeras instituições não diretamente governamentais, de organizar algumas ações de assistência a essa massa de desvalidos. Daí a estruturação das chamadas políticas sociais, dos programas sociais, todos eles voltados não para a erradicação das desigualdades sociais, mas apenas para minimizar os efeitos mais graves da crise do capital. Não se trata nunca de enfrentar os problemas até suas causas mais profundas, mas apenas de amenizar as situações mais gravosas de modo a impedir o desastre total do sistema (TONET, s/d, p.5).

Desta forma, a classe trabalhadora é quem mais sofre as crises do capitalismo, pois são atingidos com a retirada de direitos e a não garantia das necessidades básicas, e mesmo quando criadas políticas públicas para o suposto enfrentamento das desigualdades sociais, estas só vem como forma de manterem o sistema. Foi assim que aconteceu nos períodos históricos citados, e vem acontecendo até os dias atuais.

Outro período que faz parte da história do capitalismo, e que atingiu diretamente a classe trabalhadora, foi a implantação do sistema neoliberal. Tendo como objetivo

beneficiar apenas as grandes potências econômicas, causou e mais do que nunca vem causando a classe trabalhadora o desemprego, os baixos salários, e o aumento das desigualdades sociais. Sistema este que ganha força no cenário econômico atual.

Porém, é importante ressaltar que para cada direito conquistado uma luta da classe trabalhadora foi travada, que bravamente conquistou direitos que diariamente vem sendo retirados sem nenhum esforço. É fato que a sociedade na qual habitamos é desigual, desumana e arbitrária, onde “representantes do povo” utiliza-se de aparelhos do Estado para perpetuarem ideias excludentes e fortalecerem o sistema capitalista.

Portanto, é nesse modo de produção, nesse cenário de desigualdade e contradição que a Questão Social ganhou visibilidade. Esta inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas é objeto de trabalho do Serviço Social, resultado da contradição Capital X Trabalho, processo que produz desigualdade e ao mesmo tempo produz resistência. É nessa sociedade profundamente desigual onde a distribuição de renda e de riqueza gera essa acrescência social, que o trabalho do assistente social ganhou uma função e uma importância social.

Portanto, a legitimidade da prática do Serviço Social institucionalizada e legalmente reconhecida como profissão é resultado do movimento processual de desenvolvimento da sociedade capitalista e da exacerbação das contradições a ela inerentes, materializada e expressa na Questão Social (CEOLIN, 2014). Desta forma, usa-se a expressão Questão Social para expressar o “conjunto das expressões políticas, sociais e econômicas vinculadas ao conflito entre o capital e o trabalho, impostos pelo surgimento da classe operária e seu ingresso no cenário político no curso da constituição da sociedade capitalista” (NETTO, 2006, p. 17).

Porém, as novas condições sócio-históricas inerentes ao capitalismo trouxeram novas formas de exploração do trabalhador, desta forma

A nova precariedade salarial, ao alterar a dinâmica da troca metabólica entre os espaço-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho, em virtude da “desmedida” jornada de trabalho, corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a auto alienação do homem que trabalha. Nesse caso, transfigura-se a cotidianidade de homens e mulheres que trabalham, com a redução da vida pessoal à mero trabalho assalariado (ALVES, s/d, p. 3).

Quando o autor refere-se ao ser humano-genérico, fala não somente da alienação do trabalho, mais em especial do homem que trabalha. Utiliza-se tal reflexão como forma de compreensão da imensa alienação da vida dos sujeitos inseridos nessa



sociedade, pois o capitalismo apropria-se do tempo e da vida dos seres humanos, utilizando-os e reforçando a ideia de que o ser é uma mercadoria, um objeto, atingindo o imaginário social e desrespeitando qualquer limite que exista entre o trabalho e o trabalhador.

É nesse cenário que a Questão Social se desenvolve, pois a partir da negação de que o ser humano deve ser considerado um ser em constante desenvolvimento, que muito além do trabalho deve se dedicar a tarefas prazerosas, a vida acaba por ser subsumida ao trabalho, e a produção de riqueza, riqueza da qual o trabalhador não tem acesso. Desta forma, a Questão Social expressa em desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando amplos segmentos da sociedade em situação de marginalidade em relação aos bens materiais e espirituais civilizatórios (IAMAMOTO, 2007).

São dentro desses processos de desigualdade que permeiam a sociedade capitalista que se visualiza as expressões da Questão Social, portanto visualiza-se também o abuso sexual de crianças e adolescentes, este compreendido enquanto uma expressão da Questão Social. Num primeiro momento pode haver a dificuldade de visualizar o abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social, porém todo assistente social que analisa a sociedade a partir de uma concepção de totalidade e que compreende que seu objeto de trabalho é oriundo de processos desencadeados a partir das desigualdades sociais sejam elas econômicas, políticas, culturais, terá a compreensão de que esta problemática apresenta-se enquanto uma expressão da Questão Social.

Portanto, torna-se uma armadilha quando analisa-se os processos sociais de desigualdade oriundos da sociedade capitalista fora desse contexto, ou seja, desvinculado da compreensão do que é Questão Social, desta forma

A primeira armadilha é a pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos singulares a responsabilidade por suas dificuldades e pela sua pobreza, isentando a sociedade de classes de sua responsabilidade na produção das desigualdades sociais. Perde-se assim a dimensão coletiva da questão social que se expressa na vida dos indivíduos singulares [...]. Outra armadilha a ser evitada é a difusão de um discurso genérico e uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais e segmentadas da dinâmica conjuntural, da vida e da luta dos sujeitos sociais. Só é possível avançar na definição da matéria do Serviço Social, na particularização das competências e atribuições do assistente social ao se considerar as expressões específicas da questão social, que desafiam a "pesquisa concreta de situações concretas", (como a

violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos etc.). É a consideração das múltiplas manifestações desse fenômeno, que demarca o padrão de sociabilidade dessa sociedade, e que nos chegam sob a forma de demandas, que permite avançar na indicação de projetos, programas atribuições e competências (IAMAMOTO, 2012, p. 48-49).

Desta forma o profissional de Serviço Social deve ser comprometido com os princípios éticos do seu Código de Ética honrando seu usuário com uma intervenção qualificada, e compreendendo os processos sociais enquanto oriundos de uma sociedade desigual. Seguida da compreensão de que a Questão Social faz parte de uma dimensão estrutural, que atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que o profissional de Serviço Social está inserido, e é a partir dele que este deve desempenhar seu trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Sabe-se que tais reflexões não dão conta de toda uma bagagem teórica possível de ser discutida a partir de tal assunto. Porém a tentativa veio no sentido de expor uma breve discussão que não pode ser descolada da intervenção profissional, ou seja, as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista não pode ser analisada fora da perspectiva da Questão Social e suas expressões, portanto o abuso sexual de crianças e adolescentes deve ser trabalhado pela categoria profissional a partir dessa perspectiva, utilizando-se das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a compreensão desse fenômeno.

Portanto, a partir disso faz-se importante adentrar na discussão da questão de gênero que se apresenta a ocorrência do abuso sexual. O próximo item abarcará tal discussão.

### **3.2 Abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a desigualdade de gênero**

Desigualdade de gênero e abuso sexual de crianças e adolescentes são dois processos que quando tratados dentro da mesma problemática, resultam numa das

principais determinações da ocorrência do abuso sexual. Dito isto devido ao fato de que a maioria dos casos desse tipo de violência acontece majoritariamente com mulheres (nesse caso crianças e adolescentes), porém, não anulando a ocorrência com o gênero oposto. Deste modo, a discussão da desigualdade de gênero se fez necessária dentro deste estudo, com o intuito de compreender como se dá essa relação entre o gênero e o abuso sexual e como se expressa em forma de desigualdade e violência.

Portanto, num primeiro momento faz-se necessário compreender o que significa a palavra gênero, a fim de facilitar a discussão da desigualdade e violência de gênero. Desta forma, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não da decorrência da anatomia de seus corpos, ou seja, são como se reconhecem socialmente, distinguindo portanto a dimensão social da dimensão biológica (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, s/d ). Portanto

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de 'masculino' e 'feminino' como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, s/d, p. 39).

Sabe-se que a desigualdade de gênero é produto de uma realidade social e histórica que vai além da contemporaneidade. Resultando numa diferença de gênero que historicamente tem privilegiado os homens, em especial na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. É uma luta pela igualdade que não tem data e nem local previsto para acabar.

Portanto, as relações desiguais de gênero fazem parte de uma estrutura que vai desde o ambiente familiar até o ambiente social, ou seja, em todos os lugares de socialização da qual a mulher está inserida. São papéis construídos socialmente e reforçados diariamente pela estrutura patriarcal que ainda paira sobre a sociedade. Embora existam esforços para romper com a desigualdade de gênero, ela é ainda muito presente, pois

Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar (CABRAL; DIAS, 1998, s/p).

Desta forma, as relações de gênero são produto de um processo educacional que se inicia desde o nascimento e continua ao longo de toda a vida, “reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres, principalmente em torno a quatro eixos: a sexualidade, a reprodução, a divisão do trabalho e o âmbito público” (CABRAL; DIAS, p. 1, 1998), ou seja, a mulher deve reprimir seus desejos sexuais, serve apenas para a reprodução, deve ficar responsável apenas pelos afazeres domésticos ou exercer funções em cargos mais inferiores que os homens, estando, portanto sem exercer sua plena cidadania.

Essa dinâmica social potencializa o papel que o homem ocupa na sociedade e consequentemente reforça a desigualdade de gênero, pois historicamente, identifica-se uma maior apropriação pelos homens do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais. Este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Essa relação desigual de gênero perpassa diferentes dimensões da vida social e nos possibilita a compreensão de como a subordinação da mulher e a dominação masculina foram historicamente construídas, pois fazem parte de um processo mais complexo que compreende as várias dimensões de como a sociedade está estruturada e de como em cada conjuntura se alteram a composição e a dinâmica da luta de classes. É possível articulá-la, também, a outras dimensões como a de raça e de orientação sexual, uma vez que as situações de opressão se acentuam na medida em que essas dimensões se entrelaçam (OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Desta forma,

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no ‘gênero’ é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de

qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Essas dimensões de diversidade sejam, culturais, históricas, de gênero, entre outras, possibilitam a compreensão de que as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão. Fato reconhecido historicamente que se produz e reproduz na sociedade contemporânea, caracterizado pelo projeto de dominação-exploração, seja pela acrescência de poder que os homens possuem na sociedade; seja pelo pertencimento das mulheres a uma classe historicamente dominada, conhecida como sexo frágil, ou seja, ainda, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida.

Rigorosamente, a dominação-exploração de muitos por poucos, das classes subalternas pelas classes dominantes, não constitui o único princípio estruturador das relações sociais, na sociedade ocidental em geral e na brasileira em especial estão presentes mais dois sistemas de dominação-exploração, a saber: o patriarcado, que legitima a assimetria das relações de gênero; e o racismo, que permite ao branco determinar o lugar do negro na estrutura social (SAFFIOTI, 2007, p.16).

Mesmo com avanços na conquista por direitos, historicamente os meios de socialização da mulher eram em âmbito privado, cabendo a elas a tarefa de cuidar dos filhos, dos pais, do marido, da casa de modo geral, figurando como responsáveis pela manutenção da ordem em casa, apaziguadoras de conflitos, refletindo-se esses cuidados nas atividades que assumem ao participarem dos espaços públicos. Era esse exclusivamente o papel que a mulher desempenhava na sociedade. Porém, é fato que mudanças ocorreram, e a mulher vem cada vez mais ocupando espaço na sociedade, inserindo-se em vários espaços, seja de trabalho, de luta, de governo, e mesmo com existência de muitas barreiras a serem quebradas, tais lutas precisam ser reconhecidas e valorizadas.

Um dos principais movimentos responsáveis pelo processo de emancipação da mulher na sociedade foi o Movimento Feminista. Com iniciativas políticas buscou e ainda busca alterar uma posição subalterna da mulher na sociedade. Com isso, torna-se importante remeter-se as formas de desigualdade e de violência que diariamente as mulheres estão expostas e que lutam para o enfrentamento e a erradicação dessas.

Dentre as muitas expressões da violência, aquela que tem persistido como fenômeno histórico e universal é a de gênero, em particular de homens contra mulheres, configurando-se como transversal a questão de raça, etnia, faixa etária ou classe social. Hoje é considerada uma questão de saúde pública e uma violação aos direitos humanos. Suas várias formas de opressão, de dominação e de crueldade incluem assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras. “Os perpetradores costumam ser parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado” (GOMES [et al.] apud MINAYO, 2009, p. 36).

Desta forma, faz-se importante remeter-se ao abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com o gênero, pois são processos reforçados pela cultura machista presente ainda na sociedade contemporânea que só reforça a subordinação e diferenciação da mulher em relação ao homem. E este campo é um terreno fértil para a discussão do abuso sexual de crianças e adolescentes, pois as maiores vítimas dessa violência são mulheres, e a cultura do patriarcado reforça diariamente esses índices e colabora diretamente para a sua produção e reprodução ao conceber a criança ou adolescente como ser inferior, em especial quando mulheres.

Historicamente a mulher tem sido vítima das relações desiguais de poder que se estabelece, seja no âmbito familiar ou fora dele, e também na sua inserção no mundo do trabalho. Essa questão reforça concepções que inferiorizam tanto a mulher quanto a criança no seio da sociedade, sendo que são visualizadas como seres vulneráveis, passíveis e dependentes. Desta forma, a violência sexual ou abuso sexual contra crianças e adolescentes, em especial quando atingem o sexo feminino, é um produto reconhecido historicamente e constituído a partir das relações sociais. Com isso

[...] reunir os conceitos gênero e violência não é tarefa difícil, uma vez que o próprio conceito de gênero já pressupõe uma pressão sobre os indivíduos para que se insiram nos padrões culturais sobre o que é ser homem e ser mulher. A violência de gênero está presente cotidianamente em quase todas as nossas ações, seja nas ideias vinculadas nos meios de comunicação, na política, nas leis, no mercado de trabalho, na economia, na família, etc. mostrando-se nas diferenças entre as remunerações entre homens e mulheres, na responsabilização das mulheres pelos cuidados com os filhos, nas piadas machistas, na falta de apoio social para as mulheres que desejam se separar dos companheiros violentos etc. (AZAMBUJA, 2004, p. 271).

De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referente ao ano de 2014 que trabalhou o tema: Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde, no que corresponde ao perfil das vítimas de abuso sexual, levantou-se que 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da

metade tinha menos de 13 anos de idade, 46% não possuía o ensino fundamental completo, 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda e apenas 12% eram ou haviam sido casados anteriormente. Por fim, mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes (IPEA, 2014).

Os dados falam por si, e são alarmantes. Fica nítido a partir de tais informações o porquê de trabalhar a relação do abuso sexual de crianças e adolescentes com o gênero, fator que recai também sobre a desvalorização de crianças e adolescentes, não que seria melhor se a violência acontecesse em maior escala com pessoas adultas, mas quanto cometida contra seres em desenvolvimento vê-se a fragilidade nos sistema de proteção, sendo que estes são legalmente amparados e protegidos por duas principais legislações, sendo a Constituição Federal/1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente/1990.

Porém, a responsabilidade do cuidado com crianças e adolescentes não é somente papel do Estado, mas sim da tríade Estado-Sociedade-Família. Todavia, observa-se que a relação que se mantém de um adulto com uma criança ou adolescente é uma relação de hierarquia, na qual o adulto tem o dever de ensinar os padrões de conduta e socialização à criança. Relação essa chamada de adultocentrismo, podendo ser entendida como uma prática social que estabelece o poder do adulto sobre o adolescente ou a criança.

Desta forma, o adulto, independente do gênero detém poder sobre a criança, tendo esta que se submeter aos desígnios dos adultos. Muitas das vezes a criança tem discernimento suficiente para entender que nem sempre a ordem que está sendo imposta é de toda correta. Portanto, verifica-se que há uma hierarquia entre categorias de sexo e faixa etárias. Ou seja, o homem domina a mulher que, por sua vez, domina a criança. Em virtude disso o homem tem seu poder aumentado face a criança, e ao fim também em relação a mulher que o endeusa. Com isso torna-se claro o sistema de hierarquia que tem o homem adulto como o mais poderoso, e a criança que é destituída de qualquer poder (SAFFIOTI, 2007).

Portanto, desde o primeiro modelo de sociedade até os dias atuais as pessoas reproduzem relações sociais que aprenderam ao longo da vida, apenas dando novas roupagens a estes. Pois aos dominadores continuar com o título de autoridade os deixa em um lugar confortável socialmente, em virtude do prestígio que lhes é concebido. E a mulher que sofre diariamente preconceitos e desigualdades tem sua voz muitas vezes caladas pela cultura do machismo vigente até hoje.

E é dessa forma que o ciclo do abuso sexual se constitui, e torna-se cada vez mais difícil de ser rompido. Pois é fomentado por uma cultura machista que subalterniza a mulher na sociedade e inferioriza a criança ou o adolescente em relação ao adulto, podendo ser visualizado com isso a fragilidade do modelo de sociedade vigente. São essas as principais determinações para a ocorrência do abuso sexual.

## **4 METODOLOGIA E RESULTADOS**

O presente e o último capítulo terá a responsabilidade de apresentar a metodologia<sup>11</sup> utilizada para tal trabalho. Embora todo o texto esteja organizado a partir de uma metodologia, neste capítulo e mais precisamente no seu primeiro item, pretende-se detalhar os elementos constitutivos da mesma, compreendendo o método utilizado, suas categorias metodológicas, o tipo de pesquisa utilizado, seguindo com a apresentação do universo e da amostra da pesquisa, seus procedimentos e técnicas.

Na sequência serão apresentados os resultados do estudo, considerando a pesquisa realizada nos artigos científicos que serão identificados no decorrer da metodologia. Ressalta-se que os resultados são evidenciados considerando as questões norteadoras de tal trabalho.

### **4.1 Caminho metodológico**

O trabalho aqui apresentado visou à produção de um conhecimento científico, que embora inacabado tornou-se importante e necessário para a compreensão do objeto de estudo em questão. Este pode ser entendido como diferente dos demais conhecimentos (conhecimento popular, filosófico, religioso), não pela característica do objeto, mas pela forma como é obtido.

---

<sup>11</sup> A apresentação da metodologia no último capítulo foi uma opção da orientadora e da acadêmica autora deste trabalho.



A ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais, dirigido ao sistemático conhecimento, com objetivo limitado e capaz de ser submetido à verificação (TRUJILLO, 1982). Com isso o conhecimento científico torna-se importante para a realização de pesquisas sistemáticas que produzam teorias que revelem a verdade sobre a realidade, uma vez que a ciência produz o conhecimento a partir da razão.

Todavia, o conhecimento científico pressupõe a adoção de uma metodologia. Essa pode ser entendida como o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica (FONSECA, 2002). A metodologia é responsável por contemplar em sua organização o método que foi utilizado na pesquisa, o tipo desta, seu universo e amostra, os procedimentos e técnicas, e a técnica de análise e interpretação dos dados utilizada para tal.

Para Richardson (1989, p. 29), em sentido amplo, “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos”. A pesquisa deve ser planejada e executada em conformidade com as normas instituídas para cada método de investigação. O Serviço Social enquanto profissão utiliza-se do método dialético crítico, portanto tal pesquisa foi trabalhada a partir dessa perspectiva, que de acordo com Netto (s/d) o método dialético crítico não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas e momentâneas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto.

Desta forma, o referido método de apreensão do real em suas ricas determinações “consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, sendo esta a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado”. (MARX, 1982, p. 14). Com base nessa perspectiva, ressalta-se que:

O pensamento só pode compreender o concreto em um processo de síntese, a partir da reconstrução progressiva do concreto, em aproximações sucessivas, afastando suposições simplificadoras, e levando em conta um número cada vez maior de fenômenos reais. Nesse movimento, é preciso identificar as múltiplas determinações e relações do fenômeno e investigar as categorias gerais para, através da análise da estrutura interna do fenômeno, chegar a sua síntese (ROSDOLSKY, 2001, s/p.).

Assim, as categorias metodológicas são aquelas que constituem a teoria que vai informar a maneira pela qual o/a pesquisador/a trabalha o seu objeto. Dentro do método

dialético crítico encontram-se como principais categorias a historicidade, totalidade, contradição e mediação.

“A Historicidade é entendida como um processo que compreende a processualidade dos fatos, sua provisoriedade e seu movimento permanente de superações” (TURCK, 2012, p. 13). Justifica-se o uso desta categoria pelo fato de que a violência sexual não pode ser analisada apenas em um contexto contemporâneo, mas sim enquanto uma demanda que está presente dentro de um contexto histórico da sociedade, trazendo consigo novas reflexões, novas formas de enfrentamento e também novas formas e/ou expressões de violência, superando-se e reinventando-se, conforme a sociedade se transforma.

“A Totalidade pode ser compreendida como um todo articulado por conexões que permite a apropriação do cotidiano a partir da compreensão histórica, econômica e política como constituintes da construção da sociedade capitalista” (Turck, 2012, p.13). A partir disso, analisar a violência sexual a partir da categoria totalidade é entender que este é resultado de um conjunto de relações e mediações, portando não apresenta-se como um fenômeno isolado, mas sim parte ou resultado de várias determinações.

“A Contradição é a força motriz (CxT) que provoca o movimento de transformação instigando a partir da luta dos contrários, os processos de mudanças, devir na realidade dos sujeitos” (Turck, 2012, p.13). Analisar a violência sexual a partir dessa perspectiva é compreender que ao mesmo tempo em que se busca assegurar os direitos a quem sofreu a violência, se viola estes cotidianamente, tanto na família como na sociedade.

Também há a categoria “Mediação que, por sua vez, consiste num caminho de apreensão do real através de sucessivas aproximações, e mais do que um processo reflexivo ela consiste também e necessariamente, num processo prático-concreto” (CAVALLI, s/d, p. 7), por isso a importância do uso da mesma no referido trabalho, podendo ser trabalhada a perspectiva da violência sexual de crianças e adolescentes enquanto uma expressão da Questão Social, fazendo a mediação de como esta se manifesta e se apresenta como uma das mais variadas expressões do objeto de estudo e intervenção dos assistentes sociais.

Na intervenção profissional do assistente social, a mediação possibilita a construção e reconstrução do objeto de intervenção profissional na busca de uma prática transformadora, possibilitando ao profissional uma atuação de forma crítica (CAVALLI, s/d, p. 7). Ainda pode-se ressaltar que:

O estudo do método dialético marxista, enquanto situado como uma das concepções teórico metodológicas dentro do Serviço Social vem sendo tematizado há, no mínimo, vinte anos. A tentativa de aprofundar o estudo sobre a categoria de mediação –uma das medulares categorias que infibram a concepção dialética a de Marx –e é resultante deste processo, de amadurecimento teórico da profissão. (PONTES, 1997, p. 154-155).

Nessa perspectiva, Prates irá resumir com qualidade o porquê da escolha deste método e das categorias que o constituem, a partir da afirmação de que na verdade o que mais nos encanta na teoria e no método marxiano é exatamente a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas a sua transformação (PRATES, 2003, s/p).

Desta forma para tal trabalho utilizou-se da pesquisa exploratória, que tem como objetivo desenvolver-se com a fim de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

O material para a realização da presente pesquisa foi coletado a partir de bibliografias do Serviço Social, compreendendo assim esta como uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo desenvolver-se a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, sendo o caso desta pesquisa.

A pesquisa também foi do tipo qualitativa que considera que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Neste tipo de pesquisa, conforme Richardson (1989), os dados não são analisados por meio de instrumentos estatísticos, pois a mensuração e a enumeração não são o foco deste tipo de pesquisa. O modelo qualitativo descreve a realidade encontrada, possibilitando uma análise com maior profundidade. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Gil (1999) universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características; enquanto que, a amostra é um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. Assim, utilizou-se da amostragem não probabilística, que segundo Gil (1999) não apresenta fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador. Os procedimentos são muito mais críticos em relação à validade de seus resultados.

Quanto ao critério de escolha da amostra pesquisada, esta foi selecionada intencionalmente, que é quando o pesquisador deliberadamente escolhe alguns elementos para fazer parte da amostra, com base no seu julgamento de aqueles seriam representativos da população. Este tipo de amostragem é bastante usado em estudos qualitativos (UFSC).

Nesse sentido, o universo da pesquisa compreendeu a totalidade de artigos disponíveis online em cinco (05) revistas que foram pré-selecionadas, sendo estas: Textos e Contextos (PUC/RS); Katálysis (UFSC/SC); Serviço Social em Revista (UEL/PR); Serviço Social e Sociedade (Editora Cortez) e Temporalis (ABEPSS) no período compreendido entre os anos de 2005 à 2015. Para a formação deste universo foram utilizados os seguintes descritores para a pesquisa: Violência; Violência Sexual; Abuso sexual; Crianças e Adolescentes.

A pesquisa nos referidos periódicos justifica-se por três deles compreenderem a região sul do país (Textos e Contextos; Katálysis e Serviço Social em Revista), uma revista por pertencer a uma importante editora que publica a maior parte dos livros de Serviço Social, a exemplo da biblioteca básica de Serviço Social, ou seja a revista Serviço Social e Sociedade, e por fim uma revista organizada por uma importante organização da categoria profissional, ou seja a ABEPSS, sendo esta a revista Temporalis. descritores anteriormente citados. É importante destacar também o ano em que as revistas passaram a disponibilizar suas produções para acesso online: Textos e Contextos em 2002; Katálysis em 1997; SS em Revista em 2009; SS e Sociedade em 2010 e Temporalis a partir de 2011.

A partir da pesquisa identificou-se um total de 121 (cento e vinte e um) artigos, sendo 35 (trinta e cinco) na revista Textos e Contextos; 40 (quarenta) na Katálysis; 19 (dezenove) artigos na revista Serviço Social em Revista; 16 (dezesesseis) na revista Temporalis; e 11 (onze) na revista Serviço Social e Sociedade. Todavia é importante

ressaltar que alguns destes artigos se repetem, pois foram identificados em mais de um dos descritores pesquisados.

Assim, a amostra foi composta considerando os artigos que de maneira mais específica referem-se à temática da violência sexual ou abuso sexual contra crianças e Adolescentes. Tal informação foi buscada a partir da análise dos resumos e introdução dos artigos que compõe o universo da pesquisa. Portanto a amostra compreendeu um total de 13 (treze) artigos. Sendo 4 (quatro) artigos da Revista Katálistis; 2 (dois) artigos da Revista Serviço Social e Sociedade; 3 (três) artigos da Revista Serviço Social em Revista; 1 (um) artigo na Revista Temporálistis; e 3 (três) artigos na Revista Textos e Contextos. Desta forma, o quadro a seguir ilustrará os artigos na qual a pesquisa foi realizada, considerando autor/ano, área, título e revista. Tornou-se interessante também identificar os artigos a partir de números, portanto estes estarão identificados do 1 (um) ao 13 (treze), para facilitar o manejo dos mesmos na exposição dos resultados.

Quadro 01: Identificação dos artigos

Autor/ ano	Área	Título	Revista	Identificação
Joana Domingues Vargas, 2008.	Sociologia e antropologia.	Padrões do estupro no fluxo do sistema de justiça criminal em Campinas, São Paulo.	Rev. Katálistis. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 177-186 jul./dez. 2008	1
Mari Cleise Sandalowiski, 2006.	Sociologia	Sistema de justiça criminal e violência doméstica contra as crianças e os adolescentes: um estudo sociológico.	katálistis, v.9 n.1. p. 107-116. Florianópolis, 2006.	2
Sueli Bulhões da Silva. Antonio Carlos de Oliveira,	Serviço Social.	Violência doméstica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro.	katálistis, Florianópolis v. 11 n. 2 p. 187-194 jul./dez. 2008.	3

2008.				
José Fernando Siqueira da Silva, 2008.	Serviço Social.	Violência e Serviço Social: notas críticas.	katálisis, Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008.	4
Maria Regina Fay de Azambuja, 2013.	Serviço Social e Direito.	A interdisciplinaridade na violência sexual.	Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 115, p. 487-507, jul./set. 2013.	5
Fernanda de Oliveira Monteiro, 2010.	Serviço Social.	Plantão social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes.	Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 103, p. 476-502, jul./set. 2010.	6
Karin Cristiane Freitag, 2010.	Serviço Social.	O perfil das Crianças e Adolescentes atendidas no Programa Sentinela: Compreendendo o Fenômeno da Violência	Serviço Social em revista, Londrina, v. 13, n.1 , p. 119-135, jul/dez. 2010.	7
Alicia Santolini Tonon. Vera Lucia Tieko Suguihiro, 2014.	Serviço Social.	O território e a intervenção profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social.	Serviço Social em Revista, Londrina, v. 17, n.1, p. 113-134, jul./dez. 2014.	8

Juliana Hilario Maranhão. Alessandra Silva Xavier, 2014.	Serviço Social e Psicologia.	Sentidos do abuso sexual intrafamiliar para adolescentes do sexo feminino.	Serviço Social em Revista, Londrina, v. 17, n.1, p. 88-112, jul./dez. 2014.	9
Rosângela Oliveira Gonzaga de Almeida, 2011.	Serviço Social.	O debate da violência contra crianças e adolescentes pelo Serviço Social.	Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.147-176, jan./jun. 2011.	10
Ângela C. B. Pradini Seger. Pâmela Caldart. Patrícia Krieger Grossi, 2010.	Serviço Social e Educação.	Desvelando a violência contra as crianças em um hospital universitário: desafios para o Serviço Social.	Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 118 - 131, jan./jun. 2010.	11
Maria Regina Fay de Azambuja, 2006.	Direito.	Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?	Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 5, ano V, nov. 2006.	12
Jaina Raqueli Pedersen, 2009.	Serviço Social.	Vitimização e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço	Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 104-122. jan./jun. 2009.	13

		Social.		
--	--	---------	--	--

Fonte: PORTELLA (2017).

Com isso a técnica de coleta de dados compreendeu a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O instrumento utilizado para a materialização desta técnica foi um roteiro norteador (apêndice), que é utilizado geralmente para coleta de dados de pesquisa de observação, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O pesquisador conforme seu problema e objetivos elabora questões que serão respondidas por ele mesmo. Ao responder as questões estará compilando os dados coletados. O roteiro trata-se de um norte para o pesquisador não fugir do tema nem distanciar-se dos objetivos do estudo.

Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin, que entende que na pesquisa qualitativa, a Análise de Conteúdo (AC), enquanto método de organização e análise dos dados possui algumas características, como a aceitação de que o seu foco seja qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1977). Em sua operacionalização, a Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1997), desdobra-se nas etapas de pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados; inferência e a interpretação.

Desta forma os próximos itens trarão os resultados da pesquisa de acordo com as seguintes questões norteadoras: Como as produções científicas do Serviço Social fundamentam a análise do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto forma de violência?; logo: Como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a Questão Social nas suas mais variadas expressões?; e por último, mas não menos importante: Como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a violência de gênero?



## 4.2 Como as produções científicas fundamentam a análise do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto forma de violência:

A discussão deste item basear-se-á na primeira questão norteadora que foi desdobrada em mais três perguntas, as quais integram o roteiro norteador (apêndice), a saber: Que conceitos e/ou definições são apresentadas nas produções científicas para caracterizar o abuso sexual de crianças e adolescentes como uma forma de violência?; O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado enquanto violação dos direitos humanos?; O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado enquanto violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes?. Portanto optou-se por tais questões a fim de enriquecer a discussão.

As discussões expostas nos artigos abarcaram algumas características do abuso sexual contra crianças e adolescentes, porém nem todos tinham sua discussão baseada especificamente no abuso ou na violência sexual, alguns problematizaram a violência em todas as suas expressões, desta forma considerou-se o abuso sexual uma delas. Assim o quadro a seguir retrata melhor esta informação.

Quadro 02: Caracterização do abuso sexual.

Caracterização do abuso sexual contra crianças e adolescentes					
Estupro (Art. 1)	Violência doméstica (Art. 2, 3, 6 e 8)	Violência em todas as suas expressões (Art. 4 e 10)	Violência sexual intrafamiliar (Art. 5, 9, 12)	Violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar (Art. 7 e 11)	Violência sexual enquanto abuso sexual e exploração sexual (Art. 13)

Fonte: PORTELLA (2017)

Como é possível observar, o abuso sexual de crianças e adolescentes foi caracterizado com maior incidência enquanto violência doméstica, tais artigos correspondem ao campo da Sociologia (art. 2) e do Serviço Social (art. 3, 6 e 8). Portanto a violência doméstica pode ser conceituada

Ao contrário da violência familiar, também denominada como intrafamiliar, o conceito de violência doméstica é mais amplo, pois abrange não somente aqueles conflitos existentes entre membros consanguíneos, mas também os embates sociais vivenciados no âmbito das relações interpessoais, entre os indivíduos que possuem algum tipo de relação doméstica. Deste modo, ele engloba, além do grupo familiar, aquelas formas de violência praticadas por amigos, vizinhos e parentes afins. Assim, a violência doméstica passa a ser investigada em suas mais diferentes formas, seja física, sexual ou psicológica (SANDALOWISKI, 2006, p. 108).

Desta forma o abuso sexual pode ser considerado enquanto violência doméstica, mas não somente, pois este pode ser caracterizado enquanto abuso sexual extrafamiliar, ou seja, que vai além do ambiente doméstico, sendo praticado por um desconhecido da vítima. Fator este que recai sobre a resolução da violência, pois de acordo com Vargas

É possível observar que, nas situações que envolvem suspeitos desconhecidos da vítima, é comum que estes não venham a ser identificados, tendo em vista a ausência de investigação. Isto foi observado como uma realidade hoje, em razão da pouca importância e prioridade atribuídas às delegacias especializadas, tanto pela corporação policial, quanto pelos órgãos da segurança pública e pelos governos estadual e federal (VARGAS, 2008, p. 184) [art. 1].

Tal afirmação vem ao encontro da segunda pergunta do roteiro norteador, que questiona se o abuso sexual pode ser considerado enquanto violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Embora não estando de forma explícita tal discussão, considera-se violação dos direitos humanos pelo fato da não garantia dos direitos das vítimas quando o agressor é desconhecido da mesma, fazendo com que esta tenha dificuldade no enfrentamento da violência e corroborando para a ocorrência de outros casos de violência a serem cometidos pelo mesmo agressor.

Outra forma de abordar o abuso sexual pelos autores foi enquanto violência intrafamiliar, não utilizando-se na discussão da ocorrência do abuso sexual enquanto uma violência que pode ocorrer fora do ambiente familiar, ou seja, extrafamiliar. Tais artigos correspondem as áreas do Serviço Social e Direito (art. 5), Serviço Social e Psicologia (art. 9) e Direito (art. 12).

Com isso considera-se o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes uma das tipologias da violência sexual que envolve tanto a agressão física quanto a psicológica, anulando a vontade do outro de exercer sua sexualidade de forma livre e desconsiderando os adolescentes como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento” (MARANHÃO. XAVIER, 2014). Desta forma fortalecem a discussão através de dados que demonstram que

Em nosso país, o Relatório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) revela que, em 2012, o serviço do disque denúncia (100) recebeu mais de 40 mil denúncias, sendo 31.635 sobre violência sexual e 8.160 mil sobre exploração sexual (Brasil, 2012) (AZAMBUJA, 2013, p. 488).

(...) Crianças vítimas de violência sexual, em especial de natureza intrafamiliar, percorrem um longo e difícil caminho” (AZAMBUJA, 2013, p. 489).

(...) A inquirição da vítima, nos crimes que envolvem violência sexual intrafamiliar, agrega elementos que decorrem da posição que o abusado ocupa na família e no processo, porquanto, na maioria dos casos, além de o agressor manter vínculos afetivos com a vítima, a criança é também a única testemunha (AZAMBUJA, 2013, p. 491).

Com isso constata-se que abuso sexual intrafamiliar é uma das violências mais difíceis de serem descobertas, devido ao meio em que ela acontece. É possível que uma relação incestuosa abusiva perdure por vários anos, sem que a vítima denuncie o abusador, pois esta possui algum vínculo com o agressor, “percebe-se que o pai, seguido do padrasto, são os agressores mais significativos, tendo em vista o grau de proteção que deveriam ter” (FREITAG, 2010, p. 132). De acordo com Vargas

Em crimes sexuais, é alto o índice de casos em que as vítimas não apresentam denúncia, atribuído a um padrão de comportamento de grande parte das pessoas vitimadas. As pesquisas têm sido empregadas para inferir sobre a incidência destas modalidades de crimes, estimar a proporção dos casos que chegam às delegacias, em relação àqueles que não são denunciados, e revelar a existência de padrões para a denúncia e a não denúncia. Dentre eles, destacam-se: a queixa mais recorrente de vítimas quando o agressor é desconhecido; e a não-denúncia quando o agressor é conhecido (VARGAS 2008, p. 178/179).

Reforçando esta afirmação constata-se que aproximadamente 80% dos abusos são praticados por membros da família ou por pessoa conhecida, que a vítima julga confiável. Portanto existem cinco tipos de relações incestuosas, entre pai-filha, irmão-irmã, mãe-filho, pai-filho e mãe-filha, sendo a mais relatada entre pai-filha (75% dos casos), com a relação mãe-filho considerada a mais patológica (AZAMBUJA, 2006).

Outra caracterização do abuso sexual apresentada pelos autores é enquanto estupro. Caracterização essa expressada em um dos artigos, correspondente a área da sociologia/antropologia (art. 1). Problemática a discussão do abuso sexual de crianças e adolescentes a partir do campo criminal, da legislação, mais especificamente do Código Penal. Conclui-se isso devido as terminologias utilizadas no decorrer do texto. Não

utiliza o termo abuso sexual, mas sim estupro, mais especificamente estupro intrafamiliar. Portanto caracterizado dessa forma

Estupro é uma categoria heterogênea, embora os agressores sejam invariavelmente homens e as vítimas jovens. Por outro lado, quando se analisa o processo de seleção criminal, observa-se a filtragem das tipologias encontradas na fase de queixa em três padrões para o crime de estupro: intrafamiliar, cometido por agressor desconhecido e entre jovens que se conhecem” (VARGAS, 2008, p. 177).

Tal afirmação reforça a discussão que vem sendo traçada, pois traz alguns elementos da caracterização do abuso. Que este é cometido por agressores homens, sendo que as vítimas na maioria das vezes são crianças ou adolescentes, e que este pode se manifestar de formas variadas. Tais características reforçam a discussão feita no capítulo 3 (três), pois a partir da caracterização do agressor e da vítima é possível remeter-se a discussão da desigualdade de gênero e geracional, pois como trazido, o homem é quem violenta e as crianças e adolescentes são os sujeitos violentados. Todavia, embora utilizando outros termos para referir-se ao abuso, o texto corrobora com as ideias apresentadas pelos autores de Serviço Social e demais áreas, enriquecendo a discussão e fortalecendo as diferentes formas de expressão.

Desta forma faz-se importante ressaltar que o abuso sexual é uma das diversas formas de violência em que a criança e o adolescente estão expostos. Pois a violência, em especial a violência sexual possui outras maneiras de se manifestar, como bem problematiza uma das autoras, levando em conta que a violência sexual manifesta-se enquanto abuso sexual e exploração sexual. Tal autora pertence a área do Serviço Social (art. 13) e direciona sua discussão abarcando as duas expressões da violência sexual, assim caracterizadas

Abuso sexual e exploração sexual são, então, duas classificações que se inter-relacionam e que dão forma à violência sexual. A primeira caracteriza-se pelo ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente numa relação do poder desigual, para se estimular ou satisfazer-se sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes. Já a exploração sexual é caracterizada pela relação sexual de crianças ou adolescentes com adultos, mediada por dinheiro ou troca de favores. (PEDERSEN, 2009, p. 115).

É importante ressaltar que ainda dentro da exploração sexual, manifestam-se a prostituição, a pornografia infantil, o tráfico para fins de exploração sexual e o turismo com motivação sexual todos praticados em especial contra crianças e adolescentes.

Desta forma tanto o abuso sexual, quanto a exploração sexual, ambas formas de violência sexual, fazem parte um contexto mais amplo de violência, pois devem ser consideradas enquanto parte de um processo histórico que colocou a criança e esta ainda permanece em lugar de desprivilegio e desatenção, pois muito mais do que violar sua dignidade sexual, viola seus direitos humanos.

Com isso consideram-se as outras duas questões que compõe a discussão. Ambas questionam se os autores problematizam o abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto violação da dignidade sexual e dos direitos humanos. Para tais questões consideraram-se três linhas de análise: evidenciado, não evidenciado e subentendido, ou seja, se ficou evidente na discussão as categorias pesquisadas, se de nenhuma forma foi contextualizado a discussão, ou se ficou implícito. Para uma melhor compreensão, segue o primeiro quadro abaixo.

Quadro 03: Abuso sexual enquanto uma violação da dignidade sexual

Abuso sexual enquanto uma violação da dignidade sexual		
Evidenciado	Não evidenciado	Subentendido
Art. 9	Art. 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12 e 13	Art. 1, 5 e 6

Fonte: PORTELLA (2017)

A partir da exposição no quadro faz-se importante trazer como alguns autores abordaram tais discussões. Como ficou evidente, no que corresponde ao abuso sexual enquanto violação da dignidade sexual prevaleceu na maioria dos artigos a não problematização da discussão, seguida da discussão implícita e em apenas um artigo foi pontuada ainda que de forma breve a referida questão.

Trabalhar alguns aspectos jurídicos não anula a compreensão social do fenômeno, apenas enriquece a discussão. Nesse sentido tornou-se relevante analisar o abuso sexual enquanto crime prescrito em lei, reconhecendo-o enquanto uma violação a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Termo este empregado majoritariamente por pessoas pertencente a área do direito, porem não anulando a possibilidade da utilização pelas demais áreas.

Desta forma quanto fala-se em violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes, refere-se ao Título VI do Código Penal/1940 através do Capítulo II, que considera toda e qualquer forma de violação sexual contra crianças e adolescentes

crime, seja na forma de abuso sexual ou exploração sexual, como já foi pontuado no item 2.2 deste trabalho. Assim este teria que ser uma das principais ferramentas no combate a esses tipos de crime,

Porém, apesar de seu avanço em relação as legislações infanto-juvenil e com a mudança do Código Penal Brasileiro no ano de 2009, substituindo a titulação dos crimes sexuais contra a moral da sociedade para crimes contra a dignidade sexual, discernindo a liberdade dos sujeitos sobre seu próprio corpo, e de que a violação deste princípio fere seus direitos, ainda permanecem diversas formas de violação (MARANHÃO. XAVIER, 2014, p. 95) [art. 9].

A violação da dignidade sexual de uma criança ou de um adolescente traz marcas inapagáveis para sua história de vida, atingindo seu desenvolvimento pessoal, social, sexual e profissional. Nesse sentido se percebe a importância de uma rede de atendimento capacitada para o acolhimento desse tipo de demanda, com profissionais que sejam capazes de trabalhar na perspectiva da emancipação do sujeito, e no fortalecimento do usuário enquanto ser social detentor de direito. Possuindo também a sensibilidade de trabalhar com os membros da família da criança abusada, a fim de romper o ciclo da violência. Essas e outras atitudes corroboram para o enfrentamento da violência sexual. Desta forma

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foi um avanço, entre outros motivos, pela instituição da obrigatoriedade da notificação ao Conselho Tutelar ou a outro órgão correspondente, tanto no que se refere aos profissionais de saúde, quanto às pessoas de modo geral, que tenham conhecimento sobre o abuso (MONTEIRO, 2010, p. 490) [art. 6].

Portanto quando fala-se em violência sexual contra crianças e adolescentes, conseqüentemente fala-se em violação da dignidade sexual destes. Tais termos nos remetem a dano, a dor, a história de vida, a realidade social de muitos sujeitos que de uma forma ou de outra tiveram seus direitos violados a partir de sua integridade física, psicológica, social, sexual e humana. Tal reflexão veio no sentido de compreender que embora a maioria dos artigos nem ao menos referenciem a discussão da dignidade sexual, o abuso sexual deve sim ser trabalhado a partir dessas perspectivas.

Com isso, mesmo sendo pouco os autores de Serviço Social e demais áreas das ciências sociais que utilizam-se do termo violação contra a dignidade sexual, é possível que estes possam relacionar essa discussão com alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), como por exemplo o Capítulo II, dentro do Título II, que trata

do Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade, e também o Capítulo I do Título VII que trata dos Crimes. Desta forma embora não empregando a terminologia referenciada, servem-se de outros mecanismos de compreensão quanto a questão da violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes.

Pois sabe-se que a utilização de crianças para a prática de violência sexual não é fato novo, fruto da contemporaneidade. A violência sexual, na forma de abuso sexual acompanha a história da humanidade, portando tendo de ser problematizada dentro de todas as suas características, seja na prática intrafamiliar ou extrafamiliar, e voltando-se para a esta problemática com o intuito de considerá-la crime contra a dignidade sexual.

Outra forma de problematizar o abuso sexual contra crianças e adolescentes é enquanto violação dos direitos humanos. Com isso segue o quadro abaixo a fim de ilustrar se os autores tiveram a sensibilidade de refletirem sobre tal discussão.

Quadro 04: Abuso sexual enquanto violação dos direitos humanos

Abuso sexual enquanto violação dos direitos humanos		
Evidenciado	Não evidenciado	Subentendido
Art. 5, 7, 8 e 13	Art. 2, 3, 4, 9, 10 e 11	Art. 1, 6 e 12

Fonte: PORTELLA (2017)

Como nota-se no que se refere a problematização do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto violação dos direitos humanos predominou na maioria dos artigos a não contextualização da discussão, seguido da problematização da mesma e logo a discussão de forma subentendida.

Desta forma, Direitos Humanos podem ser “definidos como aqueles próprios de todo ser humano, sem distinção de quaisquer condições que diferenciem as pessoas entre si” (CASTRO. JUNIOR, 2010, p. 2). Com isso um dos primeiros mecanismos que vieram com a intenção de assegurar direitos foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), tendo como um de seus objetivos “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (BRASIL, 1998, s/p).

Quando existem mecanismos para assegurar direitos, é porque de alguma forma eles foram violados. No que se refere às crianças e adolescentes estes são sujeitos em desenvolvimento e, portanto merecem proteção integral. Com isso todas as formas de violência contra eles são violações dos direitos humanos e transgressão, portanto,

crimes. Desta forma considera-se o abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto violação destes.

Nesse sentido, quando se fala em direitos humanos, quer-se acentuar “a essencialidade humana de crianças e adolescentes, ancorada nos princípios da dignidade, da liberdade e do direito” (AZAMBUJA, 2013, p. 488) [art. 5]. Frente a isso, além do abuso sofrido pela vítima, os métodos voltados para a comprovação da violência sobrecarregam a criança, a fim de produzir provas<sup>12</sup>. Tais procedimentos precisam ser repensados e reexaminados à luz dos direitos humanos, da proteção integral e dos conhecimentos científicos disponíveis em diferentes áreas do saber (AZAMBUJA, 2013).

Faz-se importante ressaltar que embora a centralidade deste estudo seja a violência sexual, toda e qualquer forma de violência fere e viola os direitos da vítima, seja ela física, psicológica, de gênero, entre várias formas de violências existentes na sociedade. Sendo assim, “considera-se as diversas formas de violência como manifestações que atingem, ferem e dilaceram os direitos humanos mais básicos previstos nos mais diversos dispositivos legais, que visam assegurar a paz e a sobrevivência humana” (TONON. SUQUIHIRO, 2014, p. 129) [art. 8]. Desta forma

Pontua-se que o rompimento da violência contra crianças e adolescentes não é um processo de fácil resolução e que apresenta resultados imediatos. Diante disso, políticas públicas devem ser implantadas a fim de garantir direitos humanos, seja de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, com o intuito de romper as situações de violência por elas vivenciadas (PEDERSEN, 2009, p. 121).

Desta forma se dá a importância de analisar o abuso sexual enquanto uma violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes, tanto pelos profissionais que escrevem sobre o tema, como pelos que trabalham diretamente com essa demanda, a fim fortalecerem os direitos desse público que diariamente sofre com as mais diversas formas de violência.

---

<sup>12</sup> O sistema judiciário vem investindo em novas propostas que possam significar menos danos às crianças vítimas de violência, quando do processo investigativo, a exemplo da Metodologia do Depoimento sem Dano, que busca novas formas de inquirir a criança ou o adolescente a fim de não revitimiza-lo frente ao seu depoimento. Porém existem questões que questionam se há necessidade da vítima ser exposta a qualquer depoimento, tendo o sistema judiciário profissionais peritos capazes de gerar provas a partir de laudos e estudos.



Portanto a partir da discussão discorrida no decorrer do capítulo buscou-se responder a primeira questão norteadora que orientou tal reflexão. A mesma questionou como as produções científicas do serviço social fundamentaram a análise do abuso sexual de crianças e adolescentes enquanto forma de violência. Desta forma o abuso sexual fundamenta-se enquanto uma forma de violência com diferentes tipologias, pois ocorre tanto no ambiente intrafamiliar, quanto no extrafamiliar, com maior dificuldade de resolução no ambiente interno da família, fator este que recai na não denúncia da violência, devido o agressor na maioria das vezes ser alguém próximo da vítima, como o pai, o tio, o padrasto. Outra característica da ocorrência do abuso sexual é que na grande maioria dos casos o agressor é homem.

O abuso sexual de crianças e adolescentes deve ser compreendido e problematizado enquanto uma violação da dignidade sexual e dos direitos humanos, pois viola os direitos da infância, comprometendo o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes. Desta forma conclui-se este item, passando para a próxima questão norteadora, que será problematizada no item seguinte.

### **4.3 Como as produções científicas articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a Questão Social nas suas mais variadas expressões:**

A discussão deste item basear-se-á na segunda questão norteadora que também foi desdobrada em perguntas, as quais integram o roteiro norteador (apêndice), sendo a primeira: O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado no âmbito das produções científicas como uma expressão da questão social?. E a segunda: Quais expressões da questão social são problematizadas no âmbito das produções científicas para auxiliar no debate e na análise do abuso sexual de crianças e adolescentes?.

Com isso considerou-se três linhas de análise: evidenciado, não evidenciado e subentendido, como feito no item anterior. Buscou-se considerar a categoria subentendido devido ao fato de nem todos os artigos pertencerem a área de Serviço Social, desta forma não usam a categoria Questão Social, mas podem destacar elementos que a partir da interpretação do Serviço Social, podem ser compreendidos como expressões da Questão Social. Segue no quadro abaixo ilustração desta perspectiva de análise.

Quadro 5: Problematização da Questão Social

Abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social		
Evidenciado	Não evidenciado	Subentendido
Art. 6, 8, 10, 11 e 13	Art. 2, 3, 5, 9 e 12	Art. 1, 4 e 7

Fonte: PORTELLA (2017)

Como nota-se a discussão do abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social ficou evidente em 5 (cinco) dos artigos. Na mesma proporção (cinco) estão os artigos que não evidenciaram tal discussão, seguido da discussão subentendida em 3 (três) artigos.

Desta forma, compreender o abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social é entender a lógica social que envolve essa problemática, ou seja, o abuso está inserido numa lógica mais ampla do que o meio onde ele acontece, seja no ambiente familiar ou fora dele, ele é reflexo das relações sociais desiguais vivenciadas pela população na sociabilidade capitalista.

Isto se comprova devido à história da sociedade brasileira ser permeada de situações nas quais aspectos importantes da questão social estão presentes, revelando disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais e as desigualdades existentes nesta relação. Refletindo portando o projeto político, social e econômico que a sociedade está inserida e que se traduz numa sociedade extremamente excludente, desde sua gênese. Com isso torna-se impossível não associar ao capitalismo os rótulos da decadência, pauperismo, intolerância, violência, tirania e barbárie. Aquela fábrica criada para produzir mercadorias trouxe à humanidade uma incomensurável violência. A fábrica não somente fragmentou-se, na verdade explodiu (BEHRING, 2008).

Portanto, pode-se destacar os episódios de violência contra crianças e adolescentes, este um fenômeno complexo de múltiplas determinações, caracterizado sob diversos enfoques, especificamente aqui o abuso sexual. Porém faz-se importante salientar que a ocorrência da violência independe da classe social, pois ela acontece no âmbito das relações sociais consideradas em sua totalidade e não no espaço delimitado da pobreza, embora o não acesso as necessidades básicas fortaleçam os diversos tipos de violência. Dessa forma

Entende-se que a vulnerabilidade social pode ser um fator determinante para o desencadeamento da agressão física e/ou sexual de crianças e adolescentes, haja vista que as consequências trazidas pelas desigualdades sociais geradas pelo mundo capitalista contribuem também para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais (PEDERSEN, 2009, p. 118) [art. 13].

Um aspecto importante para a compreensão do abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social é não limitar-se a sua face singular e imediata, ou seja, deve-se compreendê-lo enquanto um complexo social, analisando-o a partir de uma totalidade sócio histórica, que se apresenta dotada de características que possibilitam o entendimento de tal demanda.

Pontes (2010) traz a reflexão de que o ser social deve ser compreendido a partir da dialética da tríade universalidade-particularidade-singularidade. A singularidade corresponde ao imediato, a existência imediata onde às categorias sociais emergem despidas de determinações históricas, sendo que as situações singulares da vida em sociedade se mostram como coisas rotineiras, casuais. Já a universalidade é onde estão postas as determinações gerais de uma dada formação histórica, é uma totalidade social. Portanto a particularidade é a ligação concreta entre os sujeitos singulares e a sociedade.

Este movimento facilita a compreensão do abuso enquanto uma expressão da Questão Social, que num primeiro momento mostra-se despido de determinações históricas, portanto é o fenômeno em sua forma singular. Porém quando se eleva a problemática até o campo da universalidade, tem-se a compreensão da sociedade, que tem suas bases fundadas na desigualdade, não só a desigualdade social que resulta da exploração do trabalho no modo de produção capitalista, mas das desigualdades de gênero, étnicas e geracionais, que são alimentadas por esta sociedade e que, portanto, fortalecem todas as formas de violência. É nesse movimento que consegue-se particularizar a demanda e compreendê-la a partir de uma perspectiva mais ampla, ou seja, uma perspectiva social.

Um aspecto que chamou atenção diz respeito aos 9 (nove) artigos do Serviço Social, visto que de um total de 13 (treze) artigos analisados, apenas 5 (cinco) fizeram alguma inferência sobre a Questão Social. Nesse sentido questiona-se se existe alguma dificuldade no entendimento da problemática à luz do debate da Questão Social, se não acham necessário fundamentar a análise a partir do objeto de trabalho do Serviço Social, ou se realmente não consideram o abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social.

A intenção aqui não é criticar os(a) autores(as) dos artigos ora trabalhados, mas sim referenciar que a partir da análise dos artigos verificou-se que o abuso sexual não é trabalhado pela totalidade da categoria profissional enquanto uma expressão da Questão Social. Este sendo uma das demandas mais emergentes da sociedade atual, precisa ser tratado e discutido como tal pela categoria profissional, ressaltando que

Os assistentes sociais possuem uma inserção profissional altamente relevante no campo da violência (embora isso nem sempre pareça claro para eles próprios), espaço esse que pode e deve servir como um verdadeiro celeiro empírico necessário e insuprimível, apontando para o ponto de partida e o de chegada da práxis profissional. Em outras palavras, trata-se de um profissional empiricamente privilegiado por ocupar os confins da sociedade burguesa brasileira e atuar concretamente frente a esse impacto (sobretudo no campo das políticas sociais – seja na reprodução da força de trabalho, ou na simples manutenção dos miseráveis). Ao mesmo tempo, parece que – e esse é um segundo aspecto relevante – vem crescendo a sintonia entre as múltiplas inserções desse profissional e alguns setores da academia, comprometida com a produção de conhecimentos relacionados à violência. [...] Argumentou-se, até o presente momento, que o prévio mapeamento empírico das múltiplas expressões contemporâneas da violência na relação direta com o Serviço Social deve servir de referência à práxis profissional. [...] Essa postura evita a fragmentação e o isolamento na própria forma de reconstruir o tema no âmbito da profissão (e no da formação), bem como estimula uma apropriação das expressões da violência tendo como base temas-eixo reais para o Serviço Social: questão social, Estado e políticas sociais, teoria/método/produção de conhecimentos, trabalho profissional, entre outros, considerando como terreno sócio histórico a ordem burguesa contemporânea no Brasil (SILVA, 2008, p. 267-268; 270).

Desta forma, a partir do entendimento de que o abuso sexual é uma expressão da Questão Social, buscou-se analisar quais os artigos apresentaram alguma expressão da Questão Social que auxiliem na compreensão do fenômeno, e se foi problematizado alguma, quais, respondendo desta forma a segunda pergunta: Quais expressões da questão social são problematizadas no âmbito das produções científicas para auxiliar no debate e na análise do abuso sexual de crianças e adolescentes?. Para uma melhor compreensão segue os quadros abaixo.

Quadro 6: Artigos que problematizaram algumas expressões da Questão Social

Artigos		
Evidenciado	Não evidenciado	Subentendido
Art. 7, 8, 11 e 13	Art. 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 12	Art. 1

Fonte: PORTELLA (2017)

Nota-se que foram evidenciados na maioria dos artigos alguma expressão da Questão Social, seguido da não evidencia desses e um artigo trouxe de forma subentendida. Desta forma, o quadro a seguir ilustrará quais expressões foram evidenciadas.

Quadro 7: Expressões da Questão Social que apareceram nos artigos.

Expressões da Questão Social	
Evidenciado	Subentendido
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa escolaridade;</li> <li>- Renda familiar precária;</li> <li>- Falta de garantia dos mínimos sociais, uma das consequências da pobreza;</li> <li>- Pobreza;</li> <li>- Falta de proteção;</li> <li>- Miséria;</li> <li>- Desemprego;</li> <li>- Desigualdade Social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vítimas pertencentes as camadas populares;</li> </ul>

Fonte: PORTELLA (2017)

A partir dos quadros nota-se que 8 (oito) dos artigos não citaram nenhuma expressão da Questão Social, 4 (quatro) artigos evidenciaram alguma(s) expressões da Questão Social e 01 (um) trouxe a discussão implícita. Desta forma consideraram enquanto tais expressões que auxiliam na ocorrência do abuso sexual a baixa escolaridade; Renda familiar precária; Falta de garantia dos mínimos sociais, uma das consequências da pobreza; Pobreza; Falta de proteção; Miséria; Desemprego; Desigualdade Social e vítimas pertencentes as camadas populares.

Nota-se que tais expressões fazem parte de uma sociedade que produz e reproduz desigualdades, as quais se expressam com maior intensidade no cotidiano de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, porém como já foi trazido no decorrer do texto o abuso sexual não é sinônimo de pobreza, mas

É preciso reconhecer que a violência apresenta-se heterogênea e multifacetada e se particulariza atingindo diferentes segmentos sociais (jovens, mulheres, idosos, famílias, grupos, movimentos sociais, entre outros), classes sociais diversas (dos miseráveis aos milionários – ainda que,

evidentemente, objetive-se com intensidades variadas e conte com instrumentos de defesa igualmente diferentes e desiguais) e imediatamente se manifesta por meio de marcas físicas ou psicológicas, sentidas por indivíduos. Certamente que as expressões particulares da violência não estão circunscritas às camadas pobres, ainda que se materializem nelas sob condições peculiares (como vítimas ou agentes reprodutores). Mas é necessário reconhecer que as condições materiais de existência e a sociabilidade nela formada são componentes insuprimíveis para a explicação desse fenômeno mesmo que seja para ressaltar as faltas ou os excessos por onde as relações sociais – burguesas – constituem-se, cada vez mais, como ‘relações coisais’ (SILVA, 2008, p. 271).

Ressalta-se, portanto que a pobreza, não pode ser vista como determinante da violência. Também estão imbricados nesta relação aspectos políticos, econômicos, culturais e ideológicos. Porém a falta de comida, habitação, escola, proteção, ou seja, a falta de garantias básicas acaba por vitimar grande número de crianças e adolescentes a esta situação (GUERRA, 1998).

Sabe-se que nas classes populares, os maus-tratos são mais visíveis, chegam com mais frequência aos serviços públicos de atendimento, e também por isso a atuação junto a esse público fica facilitada. Por mais difícil que seja a intervenção, é aqui que se visualizam maiores possibilidades de atendimento e proteção à criança. Mas é fato que a ocorrência de violência sexual é encontrável em qualquer classe social (SANTOS et al. apud PEDERSEN, 2009) [art. 13].

Desta forma, compreender o abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social é entender que este produz e se reproduz no âmbito da sociedade, da qual é responsável por produzir e expor indivíduos (vítimas e agressores) as mais diversas formas de desigualdade social, os quais acabam por ficarem expostos a “um montante de frustrações presente nessas situações, que excede, muitas vezes, a capacidade de buscar soluções criativas e construtivas” (PEDERSEN, 2009, p. 114). Nesse sentido, pequenos espaços, pouca ou nenhuma privacidade, falta de alimentos e problemas econômicos acabam gerando situações estressantes que, direta ou indiretamente, acarretam danos ao desenvolvimento infantil e a ocorrência da violência, fazendo com que todo o indivíduo que passa por situações de vulnerabilidade se torne vítima do sistema. (BRASIL apud PEDERSEN, 2009).

Tais expressões apresentadas resumem-se a falta de garantia das necessidades básicas, portanto uma das consequências da pobreza, porém a pobreza em sua constituição única não configura-se fator para a ocorrência do abusos sexual. Desta forma ressalta-se que

A pobreza é resultante de um conjunto de fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento humano. Assim, a pobreza interfere no grau de integração dos indivíduos às normas de convívio social, padrão cultural, acesso às descobertas científicas já integradas à vida social, acesso aos serviços básicos, à justiça e mesmo ao desenvolvimento da sensibilidade humana e da afetividade (SOUZA; COSTA, 2010, p. 181).

É nesse cenário que destaca-se a importância do profissional de Serviço Social, que a partir de sua escuta e seu olhar sensível possuem a capacidade de desvendar os casos de abuso sexual, que num primeiro momento apresentam-se despidos de determinante social. Portanto, com a identificação e a intervenção na demanda, é possível perceber as expressões da Questão Social que até então estavam obscuras, tais como: a pobreza, a evasão escolar, dificuldade no convívio familiar, o baixo nível de escolaridade que conseqüentemente geram o subemprego e muitas das vezes o desemprego, entre outras (SEGER. CALDART. GROSSI, 2010) [art. 11]. Mas para isso é imprescindível que tais profissionais tenham a compreensão de que o abuso sexual apresenta-se enquanto uma expressão da Questão Social.

É importante ressaltar que todo esse contexto de violência é causado por algum fator desencadeado pela desigualdade social, portanto a falta de políticas públicas que atendam a pessoas em situação de pobreza, que não possuem o acesso a saúde, a educação, ou seja, que não possuem ao menos as necessidades básicas garantidas, se tornou um fator que dificulta o enfrentamento dos casos de violência sexual, pois não basta ter profissionais capacitados para trabalhar na demanda se estes não possuem mecanismos que possibilitem essa intervenção.

Com isso se levanta o seguinte questionamento: há solução para a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes? Talvez esta é uma das muitas reflexões que permanecem sem respostas nessa sociedade contemporânea, tendo em vista a reprodução das desigualdades, a retirada de direitos, a manifestação de diversas formas de preconceito, o desemprego, o aumento do consumo de drogas, entre outras problemáticas que fazem parte da engrenagem da sociedade, e nos revela um modo de produção onde o rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. A violência em suas mais variadas manifestações se tornou não só um problema de segurança pública, mas também de saúde pública, objeto de estudo e intervenção das mais diversas políticas públicas e de diferentes profissionais.

Desta forma, para que seja possível a compreensão do abuso sexual enquanto uma expressão da Questão Social é necessário que se tenha um entendimento amplo de sociedade, pois esta é permeada de “implicações históricas, políticas, sociais e culturais que advêm dos antagonismos e contradições erguidos sob a exploração de uma classe sobre a outra no processo de produção da riqueza social (ALMEIDA, 2011), este responsável pela desigualdade social advinda do capitalismo. Só assim será possível compreender o fenômeno do abuso sexual que produz e se reproduz no seio da sociedade capitalista, vitimizando cada vez mais crianças e adolescentes.

Conclui-se, portanto (embora nem todos os artigos evidenciem tal discussão) que o abuso sexual de crianças e adolescentes é uma expressão da Questão Social, esta como sabe-se um processo desencadeado pelo conflito Capital X Trabalho, que produz desigualdade, produzindo ao mesmo tempo resistência. Desta forma o abuso sexual é uma problemática oriunda dessa relação que vitima tanto crianças e adolescentes como todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Portanto as expressões da Questão Social que foram trazidas pelos autores dos artigos podem se consideradas como alguns dos fatores que desencadeiam a ocorrência do abuso sexual. Portanto o próximo item trará a discussão da terceira questão norteadora.

#### **4.4 Como as produções científicas articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a violência de gênero:**

Neste último item a discussão se dará a partir da última pergunta do roteiro norteador (apêndice) e também última questão norteadora, que buscou evidenciar como as produções científicas do Serviço Social articulam o debate sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes e sua relação com a desigualdade e violência de gênero.

Foram consideradas as três linhas de análises como nas questões anteriores, quando a discussão está evidente, ou seja, quando os autores utilizam-se dos termos violência ou desigualdade de gênero; não estando evidente de nenhuma forma ou subentendida, ou seja, se embora não utilizaram-se dos termos, mas pontuaram de alguma forma a relação que existe na ocorrência do abuso sexual no que diz respeito ao



gênero. Desta forma, a discussão ficou organizada de tal maneira, exposta no quadro abaixo.

Quadro 08: Desigualdade ou violência de gênero

Desigualdade ou violência de gênero e sua relação com o abuso sexual		
Evidenciado	Não evidenciado	Subentendido
Art. 7, 9, 11 e 13	Art. 2, 4, 5, 8, 10 e 12	Art. 1, 3 e 6

Fonte: PORTELLA (2017)

Como nota-se a discussão de gênero ficou exposta em 4 (quatro) artigos; em 6 (seis) artigos não houve a discussão de gênero e em 3 (três) dos artigos teve-se a discussão de forma subentendida.

Buscou-se trazer a discussão da desigualdade e violência de gênero relacionando com o abuso sexual de crianças e adolescentes por esta ser uma das principais determinações para a ocorrência do abuso. É fato que majoritariamente as vítimas pertencem ao sexo feminino, e

Na maioria dos casos, a violência de gênero é análoga às diferentes formas de violência contra a criança, tendo sido, inclusive, considerada como categoria emergente. De acordo com a Unesco (2008), cerca de 30 estudos no mundo mostram que de 20 a 50% das mulheres, mães de crianças vítimas de violência doméstica, sofreram algum tipo de violência pelo marido ou pelo companheiro e no Brasil acredita-se que esse número ultrapasse a 300.000 mulheres por ano (SEGER. CALDART. GROSSI, 2010, p. 126-127) [art. 11].

Desta forma, quando não se levanta a discussão da violência e desigualdade de gênero relacionando-a com o abuso sexual de crianças e adolescentes esta acaba tornando-se incompleta. Pois conforme Santos (2004), a violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder, considerando a dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural, discussões estas que vem sendo traçadas no decorrer de todo o trabalho a fim de reforçar as características do abuso sexual, que precisam ser discutidas para serem superadas.

O artigo 7 (sete), traz informações que corroboram para a discussão, pois de acordo com este percebe-se que em relação ao gênero enquanto crianças e adolescentes do sexo feminino totalizam 236 vítimas dos diversos tipos de violência, o sexo

masculino totaliza 170 vítimas. No quesito violência sexual, 166 meninas foram vítimas, contra 97 meninos vítimas da mesma violência. Isso reflete um fator marcante, levando em consideração que no quesito violência física não há grande diferença de números de vítimas na questão de gênero. Já na exploração sexual, três vezes mais meninas do que meninos foram vítimas de exploração sexual, novamente apontando para a questão de gênero (FREITAG, 2010).

Quando o autor refere-se em um fator marcante pressupõe-se que este esteja se referindo a um processo histórico e cultural que permeia a sociedade desde sua gênese, ficando evidente nos números trazidos pelo mesmo. A disparidade de gênero quando se trata do papel da mulher da sociedade, como já foi pontuado no capítulo 3 (três) deste trabalho fica evidente nas informações trazidas, aqui o autor trata principalmente do papel sexual ocupado pela mesma. Que historicamente ocupou o papel de reprodutora, tendo que reprimir seus desejos sexuais, submetendo-se as vontades do marido e de todo uma sociedade machista dominada pelo patriarcado.

Com isso, até hoje é visível quais os atores que estão mais expostos a prostituição ou qualquer trabalho sexual. Na maioria dos casos são mulheres, hoje um espaço que vem sendo ocupado também por travestis e transexuais, mas em menor quantidade encontra-se homens prostituindo-se, fatores estes que refletem a história dessa sociedade.

Portanto, quando fala-se do abuso sexual de crianças e adolescentes fala-se também da desigualdade de gênero.

No ano de 2010 foram registradas no CREAS Regional de Fortaleza 3.220 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, dentre as quais 425 foram de violência sexual e destas 327 tipificações de abuso sexual. Entre os vitimizados encontramos nos meses de julho a dezembro de 2010, 36 meninos e 118 meninas, sendo que destes, na sua grande maioria, tinham entre 7 e 14 anos, composto de 23 meninos e 67 meninas nessa faixa etária. Referente ao ano de 2011 encontramos até o mês de julho 2.205 denúncias, das quais 922 são de violência sexual, sendo 239 de abuso sexual. Prevalecendo também a faixa etária de 7 a 14 anos, com 22 meninos e 101 meninas (MARANHÃO. XAVIER, 2014, p. 95) [art. 9].

Com isso ressalta-se que não há como analisar o abuso sexual sem considerar as relações de gênero, em que a diferenciação entre homens e mulheres é utilizada como instrumento de dominação e violência, e que crianças e adolescentes vem sofrendo com essa problemática diariamente, esta uma herança social, que vitimiza a população infanto-juvenil.

Portanto considera-se enquanto uma das principais características do abuso sexual cometido contra criança e adolescentes a prevalência do gênero feminino, que reforça padrões sociais de desigualdade e violência e vitimiza uma parcela da sociedade que além de sofrerem com várias formas de violência ainda carregam essa herança social da desigualdade de gênero. Assim, segue as considerações finais deste trabalho, como fechamento das discussões aqui proposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nas discussões até aqui realizadas de acordo com o tema deste estudo e sua delimitação, ou seja, a violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto do abuso sexual, e principalmente no que corresponde a pesquisa realizada nas revistas, obteve-se o resultado para os objetivos propostos. Destaca-se também que tal trabalho possibilitou aprofundar os conhecimentos sobre o tema em questão.

Considerando as principais discussões que foram realizadas no decorrer deste trabalho, no que se refere aos objetivos e à problemática de estudo, ressalta-se a importância de retomar algumas reflexões. Desta forma, o abuso sexual de crianças e adolescentes pode ser compreendido enquanto uma violência que ocorre dentro do ambiente familiar, e também fora dele. Destaca-se também que na maioria dos casos a vítima é mulher (neste caso criança ou adolescente) e o agressor na maioria das vezes é homem, sendo principalmente alguém próximo da vítima, seja o pai, padrasto, tio, irmão ou outros.

Neste cenário de violência destaca-se enquanto principais determinações do abuso sexual, a desigualdade social, permeada pela Questão social, também a desigualdade de gênero, e o adultocentrismo ou desigualdade geracional, processos esses permeados por mediações históricas, culturais e sociais. Portanto, é a partir da compreensão histórica dos fenômenos envolvidos nesse processo que há a possibilidade de visualização dessas determinações e sua relação com abuso sexual de crianças e adolescentes.

Desta forma, a desigualdade social pode ser considerada a maior causadora dos problemas sociais existentes na sociedade, pois desde que o homem se reconheceu enquanto ser social a desigualdade já predominava. Esta considerada também enquanto desigualdade de classes, hoje constituída pela classe trabalhadora e capitalistas. Sendo a segunda a que possui os meios de produção e a classe trabalhadora a que produz a partir de sua mão de obra. Produz mais valia, produz riqueza, e dela nada tem acesso, gerando assim a contradição. Contradição esta que corresponde ao fato de a classe trabalhadora/proletariado produzir riqueza e não ter acesso a ela, não ter acesso se quer a condições dignas de sobrevivência.

Portanto, é nesse Modo de Produção, nesse cenário de desigualdade e contradição que a Questão Social ganhou visibilidade. Está inscrita na própria natureza

das relações sociais capitalistas, baseia-se e se expressa na contradição Capital X Trabalho, sendo fruto da desigualdade social oriunda do capitalismo. É a partir desses processos que a problemática do abuso sexual constitui-se de determinantes históricos e sociais possuindo relação com a Questão Social e a desigualdade social, bem como com a desigualdade de gênero.

Desta forma, a relação desigual de gênero perpassa diferentes dimensões da vida social e nos possibilita a compreensão de como a subordinação da mulher e a dominação masculina foram historicamente construídas, pois fazem parte de um processo mais complexo que compreende as várias dimensões de como a sociedade está estruturada e de como em cada conjuntura se alteram a composição e a dinâmica da luta de classes.

Fator que recai sobre a desvalorização de crianças e adolescentes, pois a responsabilidade do cuidado com estes não é somente papel do Estado, mas sim da tríade Estado-Sociedade-Família. Todavia, observa-se que a relação que se mantém de um adulto com uma criança ou adolescente é uma relação de hierarquia, na qual o adulto tem o dever de ensinar os padrões de conduta e socialização à criança. Relação essa chamada de adultocentrismo, podendo ser entendida como uma prática social que estabelece o poder do adulto sobre o adolescente ou a criança.

Desta forma, tais processos analisados a partir de uma mesma visão, inseridos dentro da mesma problemática compõem os principais determinantes da ocorrência do abuso sexual. Pois este é resultado da desigualdade de gênero, relação estabelecida pelo papel de subordinação que a mulher ocupa na sociedade em relação ao homem, permeados também por determinações de geração baseado no poder que o adulto mantém sobre a criança, envoltos pela desigualdade social, principal determinantes de todas as formas de violência e opressão sofrida pelas classes historicamente excluídas.

No que se refere aos artigos pesquisados, faz-se importante ressaltar alguns pontos. A pesquisa foi um processo de descoberta, pois no decorrer desta, desde a leitura inicial dos 121 (cento e vinte e um) artigos foi-se visualizando algumas questões que não tinham ficado claras, principalmente no que se refere a pouca produção existente em relação ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Essa descoberta ganhou mais impacto quando direcionada a área do Serviço Social, pois notou-se que a produção em relação ao tema torna-se ínfima se comparada aos casos existentes, estes muitos.

Foram momentos de frustração e desmotivação em relação a pesquisa, pois a cada artigo lido percebia-se que a possibilidade de se fazer uma pesquisa baseada em um número mais expressivos de produções diminuía, tanto que ao final das leituras restaram apenas 13 (treze) artigos. E nem nessa amostra obteve-se respostas completas em relação as questões antes propostas, como visto na exposição dos resultados.

Porém, a partir disso a proposta do estudo acabou ganhando mais expressividade, pois os resultados obtidos demonstraram uma realidade ora desconhecida pela pesquisadora, ou seja, visualizou-se a pouca produção em relação ao abuso sexual de crianças e adolescentes, principalmente no que se refere ao Serviço Social, isso considerando as revistas e o período selecionado para a realização do estudo. Além desse fato constatado, foi possível visualizar também que nem todos os autores reconhecem em seus artigos a relação do abuso sexual com a Questão Social e a desigualdade de gênero.

Desta forma, tal trabalho soma-se as produções existentes, com o propósito de fortalecer as bases teóricas do Serviço Social em relação ao tema do abuso sexual. É a partir desse movimento, juntamente com a qualificação dos profissionais que intervêm na demanda, e o investimento em políticas públicas eficazes, que criam-se formas de enfrentamento a essa forma de violência. Antes de tudo, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, baseada no princípio da equidade social e no acesso as riquezas produzidas, seria um importante avanço no enfrentamento da desigualdade social, a desigualdade de gênero e geracional essas perpetuadoras de várias formas de violência.

## **REFERÊNCIAS:**

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya- organizadora. **A violência na sociedade contemporânea.** . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ALMEIDA, Rosangela Oliveira Gonzaga de. **O debate da violência contra crianças e adolescentes pelo Serviço Social.** Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, 2011.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

\_\_\_\_\_. Giovani. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** s/d.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** México, 2008. Disponível em < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012) > Acesso em: 26/04/2017.

AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A. (1988). **Pele de asno não é só história...** Um estudo sobre a vitimização de crianças e adolescentes em família. São Paulo, Roca. In: ROMERO, Karen R. P. dos S. **Vítimas de abuso sexual: aspectos psicológicos da dinâmica familiar,** 2007. Disponível em < [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas\\_de\\_abuso.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/vitimas_de_abuso.pdf) > Acesso em: 11/05/2017.

AZAMBUJA, Maria Porto Ruwer de Oliveira. **Violência doméstica contra crianças: uma questão de gênero?** 2004. In: **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber.** GROSSI, Patricia Krieger (organizadora). 2 ed. Porto Alegre, 2012.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A interdisciplinaridade na violência sexual.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 115, 2013.

\_\_\_\_\_. Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?.** Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 5, ano V, nov. 2006.

BALANÇO SEMESTRAL DISQUE DIREITOS HUMANOS. **Disque 100.** Brasília, 2015. Disponível em < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/balancodisque100> > Acesso em: 13/05/2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BEHRING, E. R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas.** São Paulo: Cortez/UERJ, 2008.

BRASÍLIA. Balanço semestral do disque direitos humanos disque 100. Brasília, 2015. Disponível em < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/balancodisque100> > Acesso em: 16/03/2017.

BRASIL. Lei Nº 2.848. **Código Penal**. Brasília, 1940.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 8.069. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências**. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. **Cartilha Educativa**. Disponível em <  
[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha\\_educativa.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf) >  
 Acesso em: 05/05/2017.

BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família: do silêncio a revelação do segredo**. Porto Alegre: Age, 2002. In: FURLAN, Fabiano. TANK, Jéssica Aline. SCHNELL, Lenize Carnette. CYRINO, Luiz Arthur Rangel. **Violência sexual infantil: a dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. vol.7, N.13, 2011. Disponível em <  
[http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero\\_013/artigos/artigos\\_vivencias\\_13/n13\\_22.pdf](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_22.pdf) > Acesso em: 13/05/2017.

CAVALLI, Michelle. **A categoria mediação e o processo de trabalho no serviço social: uma relação possível**. Mestranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina –UEL. s/d.

COMPROMISSO E ATITUDE. **Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil**. 2016. Disponível em <  
<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/> > Acesso em: 10/05/2017.

CASTRO, Gabriela Brito de. JUNIOR, Ivan França. **Abuso sexual infantil sob o olhar dos Direitos Humanos**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

CABRAL, Francisco. DIAS, Margarita. **Relações de gênero**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998.



CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 118, 2014.

Disponível em < <https://dicionariodoaurelio.com/violencia> > Acesso em: 16/03/2017.

Disponível em <<http://www.inf.ufsc.br/~marcelo/Cap7.pdf>> Acesso em:14/05/2016.

DIVERSIDADE NA ESCOLA. **Conceito de gênero**. Módulo II: gênero, unidade I, texto I. s/d. Disponível em < <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/24/G%C3%AAneros%20-%20texto1.pdf> > Acesso em: 21/06/17.

DISQUE 100. **Disque direitos humanos**. 2015. Disponível em < <http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatromil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>> Acesso em: 08/05/2017.

FACURI, Cláudia de Oliveira. FERNANDES, Arlete Maria dos Santos. OLIVEIRA, Karina Diniz. ANDRADE, Tiago dos Santos. AZEVEDO, Renata Cruz Soares de. **Violência sexual**: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo. Caderno de Saúde Pública, 2013. Disponível em < [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/11/CLAUDIAFACURIETAL\\_CAISM2013\\_artigoviolenaciasexual.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/11/CLAUDIAFACURIETAL_CAISM2013_artigoviolenaciasexual.pdf) > Acesso em: 05/05/2017.

FALEIROS, E. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: os (des)caminhos da denúncia. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos direitos Humanos, 2003. In: SANTOS, Samara Silva dos. DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. Psicologia & Sociedade, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/13.pdf> > Acesso em: 13/05/2017.

FALEIROS, E. CAMPOS, J. de O. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, MJ-SEDH-DCA, FBB e UNICEF, 2000. In: SANTOS, Elder Cerqueira. Vítimas da exploração sexual de crianças e adolescentes: indicadores de risco, vulnerabilidade e proteção, s/d. disponível em < <http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/vitimas-de-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes.pdf> > Acesso em: 11/05/2017.

FIGUEIREDO, Karine. BOCHI, Shirley. Violência sexual: um fenômeno complexo, s/d. Disponível em < [https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap\\_03.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf) > Acesso em: 11/05/2017.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **18 de maio: O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.** São Paulo, 2015. Disponível em < <https://www.fadc.org.br/noticias/113:18-de-maio-o-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-contra-criancas-e-adolescentes> > Acesso em: 19/05/2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. In: In: GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** 1 ed. 2009. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal /** Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

FREITAG, Karin Cristiane. **O perfil das Crianças e Adolescentes atendidas no Programa Sentinela: Compreendendo o Fenômeno da Violência.** Serviço Social em revista, Londrina, v. 13, n.1, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Marilda Villela. **A questão social como "matéria" do Serviço Social.** 2012. In: CFFES. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª ed. Ampliada, 2012.

IPEA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde.** Brasília, 2014.

KRUG, Etienne G. DAHLBERG, Linda L. MERCY, James A. ZWI, Anthony B. LOZANO, Rafael. **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Organização Mundial da Saúde, Genebra, 2002. Disponível em < <https://www.opas.org.br/wp->

content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf > Acesso em: 05/05/2017.

LEITE, Wilderson Taveira. Do escravismo ao feudalismo. 2012. Doc. Online. Disponível em < <http://estudehistoria.xpg.uol.com.br/textoescravismo-feudalismo.htm> > Acesso em: 28/03/2017.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Editora expressão popular, 2ª ed. São Paulo, 2011. Disponível em < <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf> > Acesso em: 11/04/17.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária**. Cadernos Ebape, v.5, nº 4. Brasil, 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n4/v5n4a05> > Acesso em: 11/04/2017.

MARANHÃO, Juliana Hilario. XAVIER, Alessandra Silva. **Sentidos do abuso sexual intrafamiliar para adolescentes do sexo feminino**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 17, n.1, 2014.

MARTINELLI, Andréa. **Violência psicológica é a forma mais subjetiva de agressão contra a mulher; Saiba como identificar**. Art. Online, 2016. Disponível em < <http://www.psicologiasdobrasil.com.br/violencia-psicologica-e-a-forma-mais-subjetiva-de-agressao-contra-a-mulher-saiba-como-identificar/> > Acesso em: 25/04/2017.

MAPEAMENTO. **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras**. 2013-2014. Disponível em < [http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Mapeamento\\_2013\\_2014.pdf](http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Mapeamento_2013_2014.pdf) > Acesso em 11/05/2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Ed. Ridendo Castigat, 1848. Disponível em < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> > Acesso em: 19/05/2017.

\_\_\_\_\_. Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Primeiro capítulo: 1845/1846. Ed. Ridendo Castigat Moraes. 1845/1846. Disponível em < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf> > Acesso em: 23/03/2017.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política.** In: MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. In: GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. 1 ed. 2009. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul.

\_\_\_\_\_. Maria Cecília de Souza. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília, 2005. In: VIEIRA, Monique Soares. Rompendo o silêncio: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses. – Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência:** a violência faz mal à saúde. Disponível em: <  
[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_mulher/capacitacao\\_ede%20modulo\\_2/205631-conceitos\\_teorias\\_tipologias\\_violencia.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf) > Acesso em: 14/10/2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – MPDFT. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** identificação e enfrentamento. Ed. 1ª, 2015.

MONTEIRO. Fernando de Oliveira. **Plantão social:** espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra crianças e adolescentes. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 103, 2010.

MORAES, Adriana. **Revolução Francesa.** Doc. Online, recurso power point. Disponível em <  
<http://colegiomarista.org.br/rosario/arq/arquivo/REVOLU%C3%87%C3%83O%20FRANCESA.pdf> > Acesso em: 11/04/17.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** Professor titular do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da UFRJ. s/d.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** (Coleção primeiros passos; 85). São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Leidiane, SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços.** Revista Katálisis Florianópolis v. 13, 2010.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** Tese de doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2003. In: PRATES, JaneCruz. O planejamento da pesquisa social. Temporalis N 7. Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: Eduerj/ Contraponto, 2001.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII.** Recife: UFPE, 1996. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya-organizadora. A violência na sociedade contemporânea. . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos pagu, 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf> > Acesso em: 04/05/2017.

\_\_\_\_\_. Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

\_\_\_\_\_. Heleieth Iara Bongiovani. Circuito cerrado: abuso sexual incestuoso. Lima: Cladem, 2007. In: **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber.** GROSSI, Patricia Krieger (organizadora). 2 ed. Porto Alegre, 2012.

SANDALOWISKI, Mari Cleisi. **Sistema de justiça criminal e violência doméstica contra as crianças e os adolescentes: um estudo sociológico**. Revista katálisis, v.9 n.1. Florianópolis, 2006.

SANTOS, Benedito Rodrigues do et al. Rita Ippolito: coordenação técnica. **Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SECCHI, Neusa Marli Bonna. **Revolução Farroupilha 1835 a 1845 – Decênio heroico**. Caderno Piá, nº 145. Doc. Online, 2013. Disponível em < [http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/CADERNO\\_PIA/pia\\_092013.pdf](http://www.mtg.org.br/public/libs/kcfinder/upload/files/CADERNO_PIA/pia_092013.pdf) > Acesso em: 11/04/2017.

SEGER, Ângela Pradini. CALDART, Pâmela. GROSSI, Patrícia Krieger. **Desvelando a violência contra as crianças em um hospital universitário: desafios para o Serviço Social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **O método em Marx e o estudo da violência estrutural**. s/d, s/p.

\_\_\_\_\_. José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. katálisis, Florianópolis v. 11 n. 2, 2008.

SILVA, Sueli Bulhões da. OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Violência doméstica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro**. katálisis, Florianópolis v. 11 n. 2, 2008.

SOUZA, M. A.; COSTA, L. C. (Org.) **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI**. 2 ed. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade**. s/d. Disponível em < [http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EXPRESSOES\\_SOCIO-CULTURAIS\\_DA\\_CRISE\\_CAPITALISTA.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EXPRESSOES_SOCIO-CULTURAIS_DA_CRISE_CAPITALISTA.pdf) > Acesso em: 04/04/2017.

TONON, Alicia Santolini. SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. **O território e a intervenção profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 17, n.1, 2014.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social**–Metodologia da Prática Dialética. Porto Alegre: Graturck, 2012.

TRUJILLO FERRARI, Afonso. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw –Hill do Brasil, 1982.

VARGAS, Joana Domingues. **Padrões do estupro no fluxo do sistema de justiça criminal em Campinas, São Paulo**. Revista Katálisis. Florianópolis v. 11 n. 2, 2008.

VIEIRA, Monique Soares. **Rompendo o silêncio: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos CREAS tocantinenses**. – Porto Alegre, 2015.

VELHO, Gilberto. **Violência: faces e máscaras**. Documento online. 2000. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/violencia/vio09.htm> > Acesso em: 24/03/2017.

ZALTA, Jocelito. MENEGAT, Carla. **História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito**. Revista brasileira de História. São Paulo, V.31, nº 62, 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf> > Acesso em: 11/04/2017.

ZEFERINO, Bárbara Cristhiny G. **Subsunção formal e real do trabalho ao capital e suas implicações nas relações sociais**. Guayaquil, Equador, 2009.

1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL. **Cartilha violência sexual contra criança e adolescente**. Brasília, s/d. Disponível em < <http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/violenciaSexual.pdf> > Acesso em: 08/05/2017.

**APÊNDICE**  
Roteiro Norteador

- Que conceitos e/ou definições são apresentadas nas produções científicas para caracterizar o abuso sexual de crianças e adolescentes como uma forma de violência?
  
- O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado enquanto violação dos direitos humanos?
  
- O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado enquanto violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes?
  
- O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado no âmbito das produções científicas como uma expressão da questão social?
  
- Quais expressões da questão social são problematizadas no âmbito das produções científicas para auxiliar no debate e na análise do abuso sexual de crianças e adolescentes? (considerar aquelas que são apresentadas como tal pelos autores e também aquelas que aparecem no debate, mas que não são reconhecidas como expressões da questão social)
  
- O abuso sexual de crianças e adolescentes é problematizado no âmbito das produções científicas como uma expressão da desigualdade e violência de gênero? (considerar aquelas que são apresentadas como tal pelos autores e também aquelas que aparecem com outras informações, por exemplo, perfil das vítimas).